



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Roger Max Marcon Moreira

O Conceito de “Classe Social” em Marx, Weber e Bourdieu

Florianópolis
2025

Roger Max Marcon Moreira

O Conceito de “Classe Social” em Marx, Weber e Bourdieu

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo V. Bonaldi.

Florianópolis

2025

Moreira, Roger Max Marcon

O CONCEITO DE "CLASSE SOCIAL" EM MARX, WEBER E
BOHANNON
BOHANNON Roger Max Marcon Moreira ; orientador, Eduardo Vilar
Bonaldi, 2025.

80 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Classe Social. Desigualdade.
Estratificação. Dominação. Capitais.. I. Bonaldi, Eduardo
Vilar. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Roger Max Marcon Moreira

O CONCEITO DE “CLASSE SOCIAL” EM MARX, WEBER E BOURDIEU

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, 11 de dezembro de 2025.

[Empty dotted box for signature]

Coordenação do Curso

Banca examinadora

[Empty dotted box for signature]

Prof. Dr. Eduardo Vilar Bonaldi
Orientador

[Empty dotted box for signature]

Prof. Dr. Rodolfo Pallazo Dias.
Instituição UFSC

[Empty dotted box for signature]

Prof. Dr. Nicolás Edgardo Balado Gonçalves
Instituição UFSC

Florianópolis, 2025

Dedico este trabalho a todos que participaram dessa minha longuíssima trajetória na graduação. Primeiramente, minha família. Em especial, minha mãe, pelo investimento na minha educação. Minha avó pelo carinho e cuidado. Meu pai pela presença e apoio. Aos familiares que me auxiliaram na permanência. Além disso, minhas companheiras que compartilharam a vida comigo nesse percurso. E aos encontros e desencontros que fizeram parte desse processo.

“As pessoas se incomodam com o pobre tendo carro ou andando de avião”. Luiz Inácio Lula da Silva

RESUMO

A pesquisa explora a problemática das desigualdades sociais nas sociedades contemporâneas. O tema é contextualizado pela necessidade de compreender como diferentes tradições teóricas da Sociologia interpretam a constituição das classes sociais e os mecanismos de dominação que estruturam o espaço social. Para isso, a presente pesquisa propõe como objetivo geral reconstruir o conceito de classe social através de dois autores clássicos, Karl Marx e Max Weber, para, em seguida, apresentar uma alternativa contemporânea à noção, através de Pierre Bourdieu. Portanto, a pesquisa discute a literatura fundamentada na análise das concepções de classe desses autores. Dessa discussão, afirma que análise social contemporânea combina dimensões econômicas, políticas, culturais e simbólicas. Conclui que a análise comparativa das concepções de classe social formuladas pelos autores mencionados, embora partam de fundamentos epistemológicos e metodológicos distintos, dão contribuições importantes na compreensão das formas pelas quais as desigualdades se estruturam e se reproduzem no interior das sociedades. O estudo reafirma, assim, a relevância de uma sociologia orientada pela articulação entre estrutura e ação, objetivo e subjetivo, material e simbólico. Sugere ainda que a compreensão das classes sociais exige a integração de diferentes escalas de análise, capazes de apreender tanto os condicionantes estruturais quanto as dinâmicas culturais e políticas que lhes conferem sentido.

Palavras-chave: Classe Social; Desigualdade; Estratificação; Dominação; Capitais.

ABSTRACT

The research explores the issue of social inequalities within contemporary societies. The theme is contextualized by the need to understand how different theoretical traditions in sociology interpret the constitution of social classes and the mechanisms of domination that structure the social space. The general objective is to reconstruct the concept of social class through two classical authors, Karl Marx and Max Weber, and subsequently present a contemporary alternative to this notion through Pierre Bourdieu. Therefore it discusses the literature grounded in the analysis of the conceptions of class in these authors. From this discussion, it affirms that contemporary social analysis combines economic, political, cultural, and symbolic dimensions. The research concludes that, although each of these theoretical frameworks emerge from distinct epistemological and methodological foundations, they provide important contributions in their attempt to explain how inequalities are structured and reproduced within societies. The study reaffirms the relevance of a sociology oriented toward the articulation between structure and agency, objectivity and subjectivity, materiality and symbolism. Suggesting that the understanding of social classes requires the integration of multiple analytical scales capable of capturing both structural conditions and the cultural and political dynamics that give them meaning.

Keywords: Social class; Inequality; Stratification; Domination; Capitals.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	9
2.	KARL MARX E A TEORIA DAS CLASSES SOCIAIS.....	14
2.1.	MATERIALISMO HISTÓRICO E ESTRUTURA SOCIAL.....	14
2.2.	RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA, POLÍTICA E LUTA DE CLASSES	18
2.3.	DO MÉTODO MARXIANO E A CATEGORIA DE CLASSE.....	21
2.4.	O 18 DE BRUMÁRIO E A ANÁLISE DAS CLASSES NA POLÍTICA	25
3.	MAX WEBER E A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL.....	29
3.1.	O INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO E A ABORDAGEM DAS DESIGUALDADES	29
3.2.	CLASSE, ESTAMENTO E PARTIDO	33
3.3.	MERCADO, ESTILOS DE VIDA E PODER POLÍTICO	36
4.	PIERRE BOURDIEU E A SOCIOLOGIA DA DISTINÇÃO	41
4.1.	LÓGICA RELACIONAL E TEORIA DOS CAPITAIS.....	42
4.2.	HABITUS, CAPITAIS E CAMPO	45
4.3.	MÉTODO BOURDIEUSIANO E A REDEFINIÇÃO CONTEMPORÂNEA DE CLASSE	49
5.	KARL MARX, MAX WEBER E PIERRE BOURDIEU: A CLASSE SOCIAL EM PERSPECTIVA COMPARADA	54
5.1.	ARTICULAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE CLASSE SOCIAL	54
5.1.1.	Estrutura Social e Formação das Classes.....	56
5.1.2.	Atualidade e Relevância	57
5.1.3.	Poder, Dominação e Legitimação.....	59
5.2.	FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS	61
5.2.1.	Comparação Metodológica entre Materialismo Histórico, Individualismo Metodológico e Sociologia Relacional	62
5.3.	CLASSE SOCIAL NAS CIÊNCIAS SOCIAIS	64
5.3.1.	Desigualdade, Mobilidade e Dominação Simbólica Contemporânea	66
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
	REFERÊNCIAS.....	73

1. INTRODUÇÃO

A categoria de classe social ocupa lugar central na tradição sociológica, constituindo-se como uma das noções fundamentais para a análise das desigualdades, da estratificação e dos processos de reprodução das estruturas sociais. Desde os escritos fundadores do século XIX, a noção de classe tornou-se um eixo de interpretação que, ao mesmo tempo em que organiza a compreensão das hierarquias sociais, permanece marcada por controvérsias teóricas, disputas conceituais e reformulações analíticas. Trata-se de um conceito que se apresenta em permanente tensão, seja pelo uso difuso no senso comum, ou mesmo pela pluralidade de definições técnicas em disputa no campo científico.

No contexto brasileiro, as transformações socioeconômicas ocorridas a partir dos anos 2000 reatualizaram esse debate. O crescimento econômico associado a políticas redistributivas e à valorização do trabalho formal resultou na ampliação do consumo, na redução da pobreza e em uma recomposição de posições sociais.

Esse cenário ficou marcado, sobretudo, por muitas transformações ocorridas na sociedade brasileira durante esse período. Uma delas, ilustrada com a fala do presidente Lula, diz respeito à redução da pobreza e desigualdade no país. O contexto de desenvolvimento econômico associado à redistribuição de renda, maior acesso a bens de consumo e aumento da renda do trabalho permitiu, de fato, a melhora das condições de vida de parcela significativa da população. Porém, a fala mencionada explicita uma tensão frente às transformações ocorridas.

Analisando período semelhante, o economista Marcelo Neri (2008), em estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas sob sua coordenação, afirma ter acontecido no Brasil um aumento da renda da camada mediana da população. Entendido aqui de maneira estatística, ou seja, como o setor igualmente distante tanto dos extratos mais altos quanto dos mais baixos da sociedade. A distância não estaria restrita a diferenças de renda entre essas parcelas, mas também de escolarização e ocupação. Da análise feita nesse estudo, derivou-se a ideia de que surgiria no Brasil uma “nova classe média”. Esse discurso tornou-se bastante popular, em especial nos meios de comunicação, conforme Salata (2015) chama atenção.

Já na discussão sociológica, a ideia de uma nova classe média brasileira gerou diversas discussões sem encontrar ponto pacífico. Entre as críticas feitas a essa abordagem estão a do critério adotado, que, segundo autores como Sobrinho (2011) e Pochmann (2015), não seria suficiente, apresentando-se como “economicista”, ao tomar em consideração apenas a renda de famílias ou indivíduos. Outros autores também se contrapunham a essa noção ao recorrer à perspectiva bourdieusiana sobre classes sociais, conforme feito por Souza (2013).

Além desses autores, soma-se o já citado Salata, tanto em trabalho individual quanto em parceria com Scalon (2012). De maneira geral, como consenso, os autores contrários à ideia de uma “nova classe média” julgavam insuficiente o critério de renda para definir uma classe social. Porém, dada essa insuficiência, a dificuldade seria, então, definir quais critérios seriam necessários para a definição de classe. Em essência, portanto, a discussão coloca em questão a própria noção de classe social.

Isso porque a ideia de classe social, assim como é comum a diversos conceitos caros à Sociologia, está permeada de significados diversos. Seja por ser uma noção que está presente no senso comum, sendo usada sem maior rigor em interações do dia a dia. Ou ainda porque, como recém ilustrado pela breve discussão sobre “classe média”, mesmo numa discussão técnica as definições não só divergem, mas disputam entre si. E são, por vezes, contraditórias.

O contato com essa discussão aconteceu enquanto bolsista PIBIC no projeto “A revista VEJA e as classes médias brasileiras: a circulação de identidades, estilos de vida e disposições políticas”, orientado pelo Prof. Eduardo Bonaldi. A pesquisa em questão teve, entre outros objetivos, reconstituir a noção de “classe média” no Brasil, tomando para isso a Revista Veja (no período de 2003 ao ano de 2018) como a principal fonte documental. Dessa forma, buscou perceber como esse instrumento de produção simbólica significaria e construiria o mundo social a partir de determinada perspectiva que levaria aos seus leitores.

Na abordagem adotada na pesquisa, baseada principalmente em Pierre Bourdieu, classe social não seria encarada como uma coletividade definida apenas por propriedades socioeconômicas objetivamente determinadas, mas sim como uma identidade produzida socialmente através de diferentes instâncias de produção simbólica. Ou seja, a noção de classe social não adviria de uma existência *a priori* no mundo social, difundindo-se. Mas sim, seria “surgiria” a partir da circulação simbólica de discursos que a constituíssem socialmente.

Posto isto, o presente trabalho inscreve-se nesse horizonte teórico, com o propósito de reconstruir o conceito de classe social em três autores fundamentais da teoria sociológica: Karl Marx, Max Weber e Pierre Bourdieu. A análise parte do reconhecimento de que cada um desses autores elaborou, a partir de matrizes epistemológicas distintas, concepções que se tornaram referenciais no campo das Ciências Sociais.

Portanto, a definição do *corpus* teórico constitui etapa decisiva na delimitação do escopo da pesquisa. Considerando a amplitude da produção dos autores selecionados, impõe-se a necessidade de eleger textos que se consolidaram como referenciais paradigmáticos na discussão sobre classes sociais.

Em Karl Marx, a escolha está sobre "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte" (2011), cuja relevância encontra-se no caráter sintético de sua formulação. Como observa Perissinotto (2007), trata-se de obra que condensa as dificuldades inerentes à análise da relação entre classes e política, evidenciando a articulação entre estrutura econômica e ação política. Nesse texto, Marx, fazendo uma análise de conjuntura baseada no materialismo histórico, explicita como as classes sociais, definidas a partir de sua posição no modo de produção, adquirem expressão concreta por meio de alianças, disputas e conflitos no campo político.

No que se refere a Max Weber, a obra escolhida é o ensaio "Classe, Estamento e Partido", integrante de Ensaio de Sociologia (1982). Carlos Sell (2016) enfatiza que este texto representa a formulação mais sistemática da concepção weberiana de estratificação, por reunir em um mesmo quadro analítico as dimensões de classe, vinculada ao mercado, de estamento, associada ao prestígio, e de partido, relacionada à disputa pelo poder político. A importância do texto decorre justamente de oferecer uma síntese coerente da perspectiva metodológica de Weber, fundada em seu individualismo metodológico e na pluralidade de formas de hierarquização social.

No caso de Pierre Bourdieu, a obra central adotada é "A Distinção: crítica social do julgamento" (2007), que figura entre uma das mais influentes no que se refere à análise das desigualdades e das práticas de legitimação simbólica. Nela, Bourdieu articula os conceitos de *habitus*, campo e capitais, estruturando uma abordagem relacional que busca ultrapassar a dicotomia entre objetivismo e subjetivismo e reatualiza o debate sobre classes nas sociedades contemporâneas.

Cabe ainda ressaltar que, dada sua vasta produção, outros textos de sua autoria trazem contribuições relevantes para a compreensão da lógica de reprodução das desigualdades é em "A Distinção" que se encontra a formulação mais abrangente e sistemática de sua concepção de classe. A eleição dessa obra, portanto, não se restringe a um critério de notoriedade, mas decorre de sua densidade teórica e de sua centralidade na repercussão da sociologia bourdieusiana.

Essa seleção não supõe que apenas essas obras sejam suficientes para dar conta de reconstituir a noção em cada um dos autores. O que se pretende é que sirvam como a principal referência da análise que será complementada por outros textos dos próprios autores e comentadores conforme a necessidade.

Portanto, o que a presente pesquisa se propõe como objetivo geral é reconstruir o conceito de classe social através de dois autores clássicos, Karl Marx e Max Weber, para, em seguida, apresentar uma alternativa contemporânea à noção, através de Pierre Bourdieu.

Ainda, busca explicitar relações entre os primeiros e o último autor, seja nos pontos que os aproximam quanto àqueles que os distinguem.

Para atingir esse objetivo geral, cabem alguns procedimentos de pesquisa, os quais serão repetidos para cada autor, estruturando a lógica interna dos capítulos deste trabalho, e que se apresentam a seguir:

- a) Situar o conceito de classe na obra do referido autor;
- b) Identificar as dimensões/componentes do conceito e cada autor/capítulo;
- c) Identificar como os autores mobilizam analiticamente o conceito.

Desse modo, a estrutura de capítulos do presente trabalho será composta por esta introdução, por três capítulos dedicados à análise das obras selecionadas de cada um dos autores e por um capítulo final destinado a examinar as relações estabelecidas entre eles e suas repercussões.

Parte-se da estrutura econômica e da luta de classes, conforme a leitura marxiana, como fundamento da desigualdade material; em seguida, amplia-se o horizonte explicativo com a incorporação da dimensão intersubjetiva e política presente na teoria weberiana; por fim, integra-se a esfera simbólica e relacional proposta por Bourdieu, que permite compreender a reprodução das hierarquias por meio dos mecanismos culturais e do capital simbólico.

O Capítulo 1 será dedicado à análise da concepção de classe social em Karl Marx, com base nos conceitos de modo de produção, forças produtivas, relações de produção e luta de classes. A partir do materialismo histórico, examinar-se-á a constituição das classes no interior das relações econômicas e a maneira como as contradições estruturais se projetam na esfera política, demonstrando a interdependência entre base econômica e superestrutura ideológica.

O Capítulo 2 terá como eixo a abordagem de Max Weber, centrada nos conceitos de ação social, classe, estamento e partido. Nesse âmbito, discutem-se as situações de classe enquanto posições no mercado, os estamentos baseados em honra e prestígio e os partidos como associações orientadas a influenciar o poder. A análise destaca a recusa do reducionismo econômico e a adoção de uma abordagem multidimensional que integra fatores econômicos, sociais e políticos.

O Capítulo 3 volta-se à obra de Pierre Bourdieu, notadamente *A Distinção*, para expor os conceitos de habitus, campo e capitais.

Bourdieu concebe capital como trabalho acumulado, materializado ou incorporado, que, quando apropriado privadamente, permite aos agentes apropriar-se da energia social e se reproduzir de modo ampliado; essa definição sustenta a análise dos capitais econômico, cultural e social e permite compreender os mecanismos de reprodução simbólica das hierarquias sociais.

O Capítulo 4 assume caráter comparativo, articulando os conceitos de Marx, Weber e Bourdieu; nele, investigam-se as convergências e divergências entre as três perspectivas, observando-se que, embora todas reconheçam a estrutura social como ordens hierarquizadas, diferem quanto aos princípios que a sustentam. A posição na estrutura de produção para Marx, as oportunidades de mercado e reconhecimento em Weber, a distribuição desigual de capitais em Bourdieu e identificando como essas diferenças contribuem para a compreensão contemporânea das desigualdades e de suas formas de legitimação. A estrutura da pesquisa, portanto, articula diferentes tradições teóricas em torno de um mesmo problema sociológico: a produção e reprodução das desigualdades sociais em contextos históricos distintos, norteadas pelo conceito de classe social.

2. KARL MARX E A TEORIA DAS CLASSES SOCIAIS

A definição marxista de classe está enraizada no lugar que os grupos ocupam em um sistema de produção historicamente determinado, especialmente em relação à propriedade dos meios de produção e ao papel na organização social do trabalho. A luta de classes é, portanto, a categoria que permite compreender a dinâmica social, pois o conflito entre interesses de classe antagônicos impulsiona a transformação histórica.

A luta de classes, nesse sentido, é compreendida como a força motriz da história em sociedades fundadas na exploração. No interior dessa perspectiva, a noção de classe está articulada a um conjunto mais amplo de categorias teóricas, como modo de produção, infraestrutura, superestrutura, ideologia e Estado, que integram o método marxiano de investigação social.

O presente capítulo analisa a concepção de classe em Karl Marx (1818–1883), a partir de quatro eixos temáticos principais. O primeiro examina os fundamentos do materialismo histórico e sua concepção de estrutura social. Em seguida, o segundo tópico discute a relação entre economia, política e ideologia na luta de classes, enquanto o terceiro apresenta o método marxiano e o estatuto teórico da categoria de classe social. Por fim, apresentado um panorama geral do pensamento marxiano, analisa-se a obra "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte", destacando a articulação entre classes sociais e ação política. A partir desses elementos, busca-se compreender de que modo a teoria marxista das classes sociais permite interpretar os processos de dominação, conflito e transformação na sociedade capitalista.

2.1. MATERIALISMO HISTÓRICO E ESTRUTURA SOCIAL

O materialismo histórico, núcleo do pensamento de Karl Marx, constitui fundamento filosófico e metodológico para compreender a evolução das sociedades humanas (Lima, 2009). Em oposição ao idealismo hegeliano, que atribuía à ideia a condição de motor da realidade, a concepção marxista sustenta que são as condições materiais de existência que determinam os processos sociais, políticos e intelectuais (Netto, 2020).

O método parte da noção de modo de produção, entendido como a articulação entre as forças produtivas, que traduzem a relação do ser humano com a natureza, e as relações sociais de produção, que expressam a forma como os indivíduos se organizam no processo produtivo (Lemos, 2012).

Soma-se, ainda, que a história é, assim, resultado das ações concretas dos homens no trabalho que, ao transformarem a natureza, transformam também a si mesmos (Martins; Lavoura, 2018). Não são forças sobrenaturais ou ideais que produzem a história, mas os indivíduos concretos, inseridos em contextos determinados, sobretudo as classes trabalhadoras, que se apresentam como criadoras da realidade histórica.

Nesse sentido, da interação entre forças produtivas e relações sociais de produção forma-se a base econômica da sociedade, responsável por determinar a circulação, distribuição e consumo dos bens materiais. Sobre essa base ergue-se a superestrutura social, composta por duas instâncias principais: a jurídica política, representada por instituições e organizações sociais, e a ideológica, formada pelo conjunto de ideias, valores e representações (Keller, 2015). Ainda que a base econômica determine, em última instância, as funções da superestrutura, reconhece-se que esta detém autonomia relativa e pode influenciar a própria base, estabelecendo uma relação dialética entre ambas (Martins; Lavoura, 2018).

O método histórico-dialético, elaborado por Marx e Engels, é, portanto, um instrumento de análise que busca compreender a realidade a partir das transformações sociais e históricas (Netto, 2020). O termo “materialismo” indica a primazia das condições materiais concretas de existência; enquanto o termo “histórico” remete ao caráter condicionado da vida humana no tempo; já o termo “dialético” exprime o movimento das contradições que emergem do processo histórico. Nesse sentido, não são as ideias abstratas que movem a história, mas as práticas concretas dos indivíduos, inscritas em relações de produção historicamente determinadas (Silva; Carvalhaes, 2024).

Marx sintetiza esse entendimento ao afirmar que:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (Marx, 2008, p. 47).

Nessa citação de “Contribuição à Crítica da Economia Política”, Marx (2008) condensa a perspectiva materialista-histórica acerca da relação entre estrutura econômica e superestrutura social. A formulação sublinha que a base real da sociedade é constituída pelo modo de produção, entendido como a combinação das forças produtivas e das relações de produção.

Nesse sentido, o trecho "não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social o que determina sua consciência" (Marx, 2008, p. 47) rompe com o idealismo, ao recusar a primazia das ideias como motor do processo histórico. A partir dessa perspectiva, a estrutura material antecede e condiciona as formas de pensamento, de modo que o direito, a política e as instituições refletem a base econômica sobre a qual se edificam.

Marx demonstra que a consciência não é independente ou autônoma, mas condicionada pela prática material dos indivíduos em contextos determinados. Trata-se, portanto, de uma inversão metodológica decisiva, pois desloca a explicação do desenvolvimento histórico das esferas do pensamento para a realidade concreta das relações sociais de produção (Martins; Lavoura, 2018).

Ainda assim, a consciência, mesmo que determinada pelo ser social, não se reduz a um reflexo mecânico da estrutura material. Sua natureza é dialética, de modo que, ao mesmo tempo em que deriva da posição objetiva dos sujeitos nas relações de produção, pode também retroagir sobre essa base, impulsionando transformações sociais (Keller, 2015).

Além disso, importa destacar que o movimento dialético afasta tanto o determinismo econômico rígido quanto o idealismo abstrato, situando a consciência como mediação entre as condições objetivas e a ação política (Marques, 2017). A perspectiva remete ao modo como Marx reelaborou a dialética hegeliana, superando seu caráter idealista e conferindo-lhe fundamento materialista (Martins; Lavoura, 2018). A partir dessa apropriação crítica, a dialética se converte em instrumento para compreender a realidade em sua totalidade concreta e em seu movimento contraditório. Como bem observa Florestan Fernandes na introdução de "Crítica à Economia Política" (2008):

Neste passo da exposição podemos compreender, entretanto, agora positivamente, porque Marx chegara àqueles resultados. Isso de fato só foi possível graças à sua concepção de dialética: possibilidade de um conhecimento sintético e completo da realidade - o conceito como reprodução do concreto, noção hegeliana - e a existência de um movimento dialético imanente às próprias coisas (desenvolvimento das formas sociais, como movimento do real, no tempo, por exemplo), que nos afasta de Hegel (Marx, 2008, p. 27).

Nessa perspectiva, o materialismo histórico rejeita a concepção hegeliana segundo a qual a história seria movida por ideias e estabelece que sejam as condições materiais que determinam as formas de consciência e as instituições sociais (Marx, 2008). Torna-se possível compreender, assim, que os resultados alcançados por Marx decorrem precisamente de sua concepção de dialética, orientada à apreensão da realidade concreta em seu movimento contraditório (Silva, 2024).

Fato este que somente foi possível em razão de sua concepção de dialética: a possibilidade de um conhecimento que reproduza o concreto em sua totalidade, retomando a noção hegeliana de que o conceito deve expressar a realidade, mas, ao mesmo tempo, superando-a ao identificar um movimento imanente às próprias coisas (Silva; Carvalhaes, 2024). O desenvolvimento das formas sociais não decorre de uma elaboração idealizada; trata-se de um movimento concreto, histórico e contraditório, que a teoria apreende por meio da reprodução conceitual do objeto.

Posto isto, esse deslocamento distancia Marx da dialética idealista hegeliana, pois não se trata de expor o itinerário do espírito absoluto nem de demonstrar a autossuficiência da ideia, mas de apreender a dinâmica objetiva das relações sociais em sua materialidade (Neto, 2009).

De modo que essa inflexão confere primazia às condições concretas de existência e à organização econômica da sociedade, deslocando o centro da análise para as formas reais de produção e para as relações jurídicas e políticas que delas decorrem.

Além do mais, importa ressaltar que a dialética, nesse sentido, deixa de ser uma lógica do pensamento para se tornar uma lógica do real, fundada na contradição como princípio motor do processo histórico. De modo que, segundo Maia (2020), essa fundamentação confere consistência à análise marxiana da estrutura social e possibilita compreender a interdependência entre infraestrutura e superestrutura, bem como a historicidade das formas de consciência.

Nesse sentido, Marx assinala em O 18 de Brumário de Luís Bonaparte (2011) que a prática histórica não pode ser interpretada de maneira adequada sem levar em conta a forma pela qual os sujeitos apreendem sua própria situação objetiva (Viana, 2016). A consciência de classe, engendrada no interior das relações materiais, converte-se em força ativa capaz de organizar interesses coletivos e orientar estratégias de enfrentamento (Vieira, 2022). Dessa forma, a articulação entre consciência e prática política conduz inevitavelmente à centralidade da luta de classes no desenvolvimento histórico (Martins; Lavoura, 2018).

Afinal, para Marx e Engels (2008), a história de todas as sociedades conhecidas até o presente é, em essência, a história das lutas de classes.

As classes sociais, nessa perspectiva, não costumam ser definidas por atributos culturais ou simbólicos, mas pela posição objetiva que ocupam nas relações de produção (Coelho, 2023). De um lado, encontram-se aqueles que detêm os meios de produção; de outro, aqueles que possuem apenas a sua força de trabalho, vendida como mercadoria. Essa contradição fundamental estrutura a sociedade capitalista e constitui o motor das transformações históricas.

O desenvolvimento das forças produtivas, ao atingir níveis cada vez mais elevados, tende a entrar em choque com as relações de produção vigentes, gerando crises periódicas que desestabilizam a ordem social (Martins; Lavoura, 2018).

Nesses momentos, de acordo com Coelho (2023), a luta de classes se intensifica e pode criar as condições para a superação do sistema existente. Para Maia (2020), é justamente nesse ponto que o materialismo histórico articula teoria e prática, pois a análise das contradições sociais não tem apenas finalidade explicativa, mas orienta a ação transformadora do proletariado organizado.

Mediante o exposto, compreende-se que o materialismo histórico concebe a história como processo em permanente transformação, no qual as formas sociais não são naturais ou imutáveis, mas transitórias (Martins; Lavoura, 2018). A luta de classes, ao atuar como força propulsora desse movimento, exprime o caráter histórico das relações sociais e aponta que a teoria marxiana possui finalidade transformadora (Coelho, 2023).

Ressalva-se que a formulação não tem natureza contemplativa, pois visa fornecer fundamentos teóricos para a modificação concreta das estruturas econômicas e jurídicas que sustentam a dominação. Nessa perspectiva, a consciência das classes trabalhadoras torna-se instrumento de ação política e emancipatória, orientada à reconstrução das bases materiais e institucionais da sociedade.

2.2. RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA, POLÍTICA E LUTA DE CLASSES

Para a teoria marxista, as classes sociais não constituem categorias permanentes da organização humana, mas expressões transitórias de determinados modos de produção fundados na propriedade privada e na apropriação desigual do trabalho (Marques, 2017).

Afinal, a sua existência decorre da estrutura material que organiza a produção e a distribuição da riqueza em um contexto histórico determinado. De modo que a divisão entre proprietários e não proprietários demonstra a forma histórica pela qual o poder econômico consegue se converter em poder político e jurídico (Marx; Engels, 2015). A teoria delinea, assim, um princípio de historicidade que vincula a formação das classes ao desenvolvimento das forças produtivas, demonstrando que sua permanência não é natural, mas resultado de um arranjo social que visa à conservação da dominação (Nauroski, 2023).

Segundo Marx e Engels (2015), a luta de classes constitui o motor da história das sociedades classistas, resultante do antagonismo entre grupos que se relacionam, de maneira desigual, por meio da exploração do trabalho. O conflito não se limita ao campo econômico, mas se manifesta também nas esferas política e ideológica. Em *Miséria da Filosofia*, Marx (2017, p. 45) afirma que a luta de classe contra classe é uma luta política, caracterizando-a como uma “guerra civil”, expressão que traduz a intensidade do confronto entre exploradores e explorados.

Conforme ressalta Marques (2017, p. 103), a noção de classe deve ser apreendida como expressão de uma realidade histórica totalizante, vinculada ao modo de produção dominante e às contradições. O autor observa que Marx identificou "que não se trata de discutir as classes sociais em uma determinada sociedade, mas em todas as sociedades", o que evidencia a permanência dessa divisão fundamental. Mas também a complexidade da estratificação social no contexto específico do capitalismo.

Atrelado a isso, a análise marxista compreende que o Estado não se constitui como representação do interesse público acima das classes sociais, mas como instrumento de dominação que garante a reprodução das condições de produção. Contudo, essa relação não é mecânica (Poulantzas, 2020). Nesse pressuposto, a tradição estruturalista do marxismo desenvolveu o conceito de autonomia relativa do Estado, segundo o qual o aparelho estatal pode, em determinadas circunstâncias, adotar medidas contrárias aos interesses imediatos de frações da burguesia, desde que as ações assegurem, em longo prazo, a continuidade do modo de produção capitalista (Ferraz, 2009). Nesse sentido, Lima observa que:

A autonomia relativa do Estado capitalista está, portanto, associada à liberdade jurídica e à igualdade entre os seres livres, à troca puramente econômica entre produtores e apropriadores privados. À diferenciação entre as duas esferas corresponde a alocação separada da esfera econômica para o direito privado (para a sociedade civil) e da esfera pública para o Estado (Lima, 2009, p. 6).

A formulação evidencia que a autonomia relativa do Estado não significa neutralidade política, mas um mecanismo de mediação entre a esfera econômica e a esfera política. O Estado aparece como instância necessária para garantir a reprodução do capitalismo, mesmo que, em determinadas conjunturas, adote medidas que contrariem setores específicos da classe dominante. Para Maia (2020), a separação entre sociedade civil e esfera estatal, própria da modernidade burguesa, é, portanto, expressão institucional das relações de produção capitalistas e condição para sua manutenção.

A noção de autonomia relativa do Estado foi posteriormente desenvolvida de modo sistemático por Nicos Poulantzas (1978), no interior da teoria marxista do Estado. O autor argumenta que o Estado capitalista, embora fundado na estrutura material das relações de produção, possui certa capacidade de mediação entre as classes e frações de classe. Poulantzas ressalta que o Estado atua como uma condensação material das relações de força entre as classes, funcionando como instância de equilíbrio entre interesses divergentes, ainda que, em última instância, assegure a hegemonia da classe dominante.

Mesmo que políticas estatais que pareçam contrariar o capital em momentos específicos podem, na verdade, expressar uma estratégia de preservação da ordem capitalista em longo prazo. De modo que essa concepção avança em relação a interpretações da teoria marxiana, ao mostrar que o Estado não é mero reflexo da base econômica, mas uma instância de reprodução ideológica e política dotada de racionalidade própria e relativa independência funcional (Poulantzas, 1978; Ferraz, 2009; Marques, 2017).

Nesse sentido, segundo Marx (2015), a luta de classes não se restringe à esfera econômica; ela se manifesta também nos níveis político e ideológico. O Estado, na teoria marxista, não é um árbitro neutro acima da sociedade, mas um instrumento da classe dominante para manter seu domínio e reproduzir as condições de produção. De modo que essa função estatal não pode ser compreendida de maneira isolada das formas ideológicas que legitimam a ordem vigente. Marx e Engels (1998) já destacavam que as ideias dominantes em cada época correspondem sempre aos interesses da classe dominante, o que demonstra a dimensão ideológica da dominação. Nessa perspectiva, Jacques e Oliveira (2021, p. 334) assinalam que:

Considerando que o Estado serve à classe dominante e que as ideias que dominam uma época são as da classe dominante (Marx; Engels, 2002), ele reveste-se da ideologia que se apresenta como interesse geral, mas que reflete apenas os interesses próprios dos dominadores. Ao revestir-se dessa ideologia, o Estado a propaga, e a mesma materializa-se em relações sociais que têm como base as relações de produção. A dominação de classe, situada no modo de produção capitalista, se dá pelos poucos que são proprietários dos meios de produção sobre os muitos que somente dispõem da própria força de trabalho para reproduzir sua existência e de sua prole. Nesse sentido, o Estado cumpre a função de regulamentar a vida social baseada na dominação de classe. (Jacques; Oliveira, 2021, p. 334).

A dominação não se reduz à coerção, mas se articula à produção de ideologias que naturalizam as desigualdades estruturais. O Estado aparece, assim, como mediador da reprodução social, sustentado pela materialidade das relações de produção, mas legitimado por valores e representações que se apresentam como universais (Marques, 2017).

Nesse contexto, em conformidade com Maia (2020), a cisão entre proprietários e não proprietários representa o mecanismo histórico por meio do qual o poder econômico se transforma em poder político e jurídico, assegurando a reprodução institucional das desigualdades e a legitimação das relações de dominação que sustentam o sistema capitalista.

De modo que a leitura reforça a dimensão dialética do marxismo, na medida em que evidencia que a política e a ideologia não são instâncias autônomas, mas formas historicamente determinadas da luta de classes (Tineu, 2017). Nesse viés, a luta de classes, portanto, não é um fenômeno restrito ao espaço da produção, mas atravessa toda a vida social, assumindo formas políticas e ideológicas que expressam o antagonismo entre burguesia e proletariado (Braga, 2016).

Posto isto, para Maia (2020), a análise das relações entre economia, política e luta de classes evidencia que o materialismo histórico não se restringe a uma descrição econômica dos modos de produção, mas constitui um método que articula as diversas dimensões da vida social em um movimento dialético.

A compreensão marxiana das classes como expressão histórica vinculada ao modo de produção dominante permite reconhecer o antagonismo estrutural que perpassa a sociedade capitalista, manifestando-se tanto na exploração do trabalho quanto nas disputas políticas e ideológicas (Ferraz, 2009). A leitura dialética da relação permite compreender que a luta de classes se projeta sobre todas as dimensões da vida coletiva, perpassando a economia, a política e a ideologia. A dinâmica não conduz a um determinismo linear, mas a uma processualidade histórica.

2.3. DO MÉTODO MARXIANO E A CATEGORIA DE CLASSE

Conforme já exposto, a luta de classes ocupa lugar central na concepção materialista da história. É a categoria que permite compreender a dinâmica social, pois o conflito entre interesses antagônicos impulsiona o movimento histórico. Afinal, Marx afirma que a história de todas as sociedades é a história das lutas entre classes antagônicas (Maia, 2020).

No capitalismo, os que detêm os meios de produção enfrentam os que apenas dispõem de sua força de trabalho; as contradições entre essas classes impulsionam a transformação dos modos de produção. O próprio Marx identifica tensões internas no capitalismo que ameaçam sua continuidade; ele destaca que a sociedade burguesa cria forças produtivas capazes de romper as barreiras impostas pelas relações de produção existentes (Marx, 2021).

Nesse pressuposto, o método desenvolvido por Marx não pode ser compreendido como um procedimento técnico ou um conjunto de etapas formais de aplicação universal. Trata-se de uma abordagem teórico-metodológica fundamentada em uma concepção ontológica da realidade social. Não se restringe a um questionamento epistemológico sobre as condições do conhecimento, mas dirige-se à análise do ser social concreto, historicamente determinado e constituído pelas relações materiais de produção. A teoria, nessa perspectiva, é a reprodução ideal do movimento real do objeto (Marx, 2015), mantendo-se, por isso, inseparável da prática social.

Marx (2008, p. 268), ao sistematizar as categorias que estruturam a sociedade burguesa, assinala:

As categorias que constituem a organização interior da sociedade burguesa, sobre as quais repousam as classes fundamentais. Capital. Trabalho assalariado, propriedade rural. Suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre estas, circulação. Crédito (privado) (Marx, 2008, p. 268).

A passagem mostra que as categorias analisadas por Marx se expressam como relações sociais objetivas, constitutivas da estrutura capitalista. A partir delas se definem as classes fundamentais, que se distinguem pela posição que ocupam nas relações de produção e pela forma como participam da apropriação e da reprodução da riqueza social (Silva, 2024). Desse modo, a categoria de classe, em Marx, é um elemento constitutivo da totalidade concreta, articulando economia, política e ideologia no movimento histórico. Nessa perspectiva, a classe não deve ser entendida apenas como agrupamento empírico de indivíduos, mas como relação entre grupos sociais determinados pelo modo de produção.

Em continuidade, Marx (2013, p. 30) sustenta que:

A ideologia é, assim, uma consciência equivocada, falsa, da realidade. Desde logo, porque os ideólogos acreditam que as ideias modelam a vida material, concreta, dos homens, quando se dá o contrário: de maneira mistificada, fantasmagórica, enviesada, as ideologias expressam situações e interesses radicados nas relações materiais, de caráter econômico, que os homens, agrupados em classes sociais.

O que aponta o vínculo entre dominação material e dominação ideológica. Para Maia (2020), a ideologia, assim, não constitui um reflexo neutro da realidade, mas uma consciência invertida que encobre os fundamentos econômicos da sociedade, apresentando como universais os interesses particulares da classe dominante.

A luta de classes, nesse contexto, não é um epifenômeno ou desvio, mas a expressão dinâmica da contradição entre os interesses materiais das diferentes classes sociais. Como afirma Marx no Manifesto Comunista: toda a sociedade até agora tem sido a história de lutas de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e oficial. De modo que, em síntese, opressor e oprimido têm estado em constante oposição (Marx; Engels, 2008). Portanto, a categoria de classe, no interior do método marxiano, permite compreender os mecanismos de reprodução das relações sociais e os processos de transformação histórica, constituindo um eixo analítico fundamental para a crítica da economia política (Quiroga; Paolucci, 2020).

Anthony Giddens (1975) reinterpreta o conceito de classe em Marx a partir de uma leitura histórica e estrutural, sustentando que a teoria marxiana constitui uma matriz analítica aberta, cujas categorias devem ser apreendidas em conformidade com as especificidades materiais e institucionais de cada formação social. O autor ressalta que a concepção marxiana de classe não se restringe à descrição de um modelo universal, pois as estruturas de dominação variam segundo os modos de produção que as sustentam e as formas de organização econômica e política que lhes correspondem.

Nem sempre Marx era cuidadoso ao enfatizar as diferenças entre o capitalismo e as formas anteriores de sistemas de classes que o precederam na história. Embora ocorra que toda a história (escrita) 'é a história das lutas de classes', isso não significa absolutamente que o que constitui uma 'classe' seja idêntico em cada tipo de sociedade de classes (embora, é claro, toda classe compartilhe de certas propriedades formais que a definem como tal), ou que o processo de desenvolvimento do conflito de classes tome, em todos os lugares, o mesmo caminho. A esse respeito, a censura que Marx faz a seus seguidores que assumiram esse último ponto é muito instrutiva. Vários dos fatores que caracterizam as origens do modo de produção capitalista na Europa Ocidental no período pós-medieval existiram anteriormente na Roma antiga, inclusive a formação de uma classe manufatureira e comerciante e o desenvolvimento de mercados monetários. Mas, devido a outros elementos na composição da sociedade romana, incluindo, sobretudo, a existência da escravidão, as lutas de classes em Roma tomaram uma forma que resultou não na geração de 'uma forma nova e mais alta de sociedade', mas na desintegração da estrutura social. (Giddens, 1975, p. 29).

A análise proposta por Anthony Giddens (1975) evidencia que o conceito de classe, em Marx, adquire caráter historicamente variável. A categoria não descreve um agrupamento estático, mas uma estrutura dinâmica que emerge das condições materiais de cada época e se transforma segundo a evolução das forças produtivas e das relações de produção.

A leitura giddensiana reforça que o capitalismo não constitui mera repetição das formações antigas, pois representa a consolidação de um modo de produção singular, fundado na separação entre trabalho e propriedade, na generalização das trocas mercantis e na institucionalização da economia como esfera autônoma (Giddens, 2000).

O conceito de classe, nesse contexto, deve ser apreendido como relação social viva e contraditória, cuja estrutura expressa o movimento do capital e as condições de sua reprodução. A historicidade dessa categoria evidencia que as formações sociais se diferenciam não apenas pelo nível de desenvolvimento técnico ou econômico, mas também pelas formas simbólicas e institucionais através das quais o poder se estabiliza. A contribuição de Giddens (1975), ao sublinhar a plasticidade do conceito de classe, reafirma a atualidade do método marxiano e a necessidade de compreender a história como processo dialético de conflito e transformação estrutural, no qual as lutas sociais constituem o motor permanente das mudanças econômicas e políticas.

Nesse cenário, a categoria de classe, no arcabouço teórico marxiano, constitui princípio estruturante da análise materialista da sociedade e elemento central da crítica da economia política. O conceito expressa a objetividade das relações de produção e a forma específica de apropriação do excedente social, determinando a posição dos agentes na hierarquia da reprodução material (Vieira, 2022).

Posto isto, a estrutura de classe, entendida como manifestação concreta da divisão social do trabalho, define o modo de articulação entre base econômica e superestrutura, vinculando os mecanismos de exploração às instâncias jurídicas, políticas e ideológicas que asseguram sua continuidade histórica (Quiroga; Paolucci, 2020).

A concepção geral que fundamenta a perspectiva de classes marxiana está inicialmente assentada em um fato historicamente comprovado em todas as sociedades baseadas na propriedade privada dos meios de produção: a exploração do homem pelo homem e seus desdobramentos sociais, econômicos, políticos etc. (Araújo; Morais, 2025, p. 1).

O conceito expressa a estrutura objetiva das relações de produção e permite compreender a lógica interna de reprodução das desigualdades materiais. Portanto, a teoria marxiana, ao converter o conflito em categoria analítica, estabelece o método capaz de apreender a totalidade social como processo dialético em permanente movimento, no qual as relações de dominação e resistência caracterizam o núcleo motor da história e o objeto central da apreciação da sociedade.

2.4. O 18 DE BRUMÁRIO E A ANÁLISE DAS CLASSES NA POLÍTICA

Entre os escritos de Marx, o 18 de Brumário de Luís Bonaparte, escrito por Marx e publicado em 1852, destaca-se como uma análise concreta da luta de classes e de suas expressões políticas na França, culminando no golpe de Estado de Luís Bonaparte em 2 de dezembro de 1851. Em *O Capital*, o autor já distinguira as classes constitutivas da sociedade de seu tempo: a burguesia financeira, a burguesia industrial, a burguesia comercial, a pequena burguesia, o campesinato, o proletariado e o lumpemproletariado (Maia, 2020). Esse último, conforme Marx descreve, reunia a composição do exército industrial de reserva (desempregados, sem-teto, mendigos, subempregados, delinquentes, prostitutas etc.):

O lumpemproletariado, putrefação passiva das camadas mais baixas da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas condições de vida o predispõem mais a vender-se à reação. As condições de existência da velha sociedade já estão destruídas nas condições de existência do proletariado. O proletário não tem propriedade; suas relações com mulher e os filhos já nada têm em comum com as relações familiares burguesas. (Marx, 2008, p. 48).

É precisamente neste estrato marginal que Bonaparte construiu a base de apoio para sua ascensão, convertendo o desamparo social em instrumento de manipulação política. Ao retomar o caso em tela, ou seja, o 18 de Brumário de Luís Bonaparte. Nela, Marx aplica os princípios do materialismo histórico para explicar como a luta de classes criou as circunstâncias que permitiram a ascensão de um personagem "mediocre e grotesco desempenhar o papel do herói" (Marx, 2011, p. 18). A formulação de Marx é indicação de que os processos históricos não dependem das qualidades individuais dos sujeitos políticos, mas da correlação de forças entre as classes sociais (Quiroga; Paolucci, 2020).

A ascensão de Bonaparte não se explica por sua genialidade ou virtudes, mas pelas condições objetivas criadas pela luta de classes: a divisão e o esgotamento das frações da burguesia, a dispersão do campesinato e a incapacidade de o proletariado impor um projeto próprio de poder. (Vieira, 2022).

Dessa forma, a frase de Marx evidencia que, em determinados momentos históricos, o vazio político produzido pelo impasse entre as classes pode ser ocupado por figuras aparentemente menores, que acabam alçadas ao "papel de herói" (Marx, 2011, p. 18) não por mérito, mas porque a conjuntura histórica abre espaço para sua ascensão.

Trata-se, assim, de um exemplo da forma como o materialismo histórico recusa explicações personalistas da política e privilegia a análise das condições estruturais que permitem a emergência de determinados atores. De modo que a narrativa marxiana expõe como as contradições de classe, as alianças instáveis entre frações da burguesia e a passividade de setores populares resultaram na concentração autoritária de poder (Amorim, 2007).

Nesse sentido, um dos aspectos mais notáveis da obra é que Marx se afasta de qualquer visão mecanicista do determinismo econômico. Em vez de tratar o Estado apenas como reflexo automático da base econômica, ele reconhece sua autonomia relativa (Silva, 2024). Em determinadas conjunturas, o Estado pode aparentar se tornar independente da sociedade, passando a agir como um poder acima das classes, ainda que, em essência, continue sustentando a dominação de classe. Marx observa:

O Poder Executivo dispõe de um exército de funcionários de mais de meio milhão de indivíduos, mantendo constantemente, portanto, uma enorme massa de interesses e existências na mais absoluta dependência, em que o Estado enreda, controla, disciplina, vigia e tutela desde as mais abrangentes manifestações de vida da sociedade civil até os seus movimentos mais insignificantes, desde os seus modos de existência mais universais até a existência privada dos indivíduos, em que esse corpo de parasitas adquire, em virtude da sua extraordinária centralização, um grau de onipresença, de onisciência [...] (Marx, 2011, p. 76-77).

Na análise marxiana, o Estado, embora possa, em aparência, mostrar-se como instância apartada da sociedade civil, mantém, em essência, relação instrumental na reprodução da dominação de classe, operando por meio da centralização administrativa e do crescimento do aparato burocrático, que asseguram as condições gerais da acumulação e a tutela dos interesses dominantes (Vieira, 2022). Ou seja, Marx mostra que, embora o Estado apareça como poder separado, sua essência é a de um instrumento de dominação de classe, sustentado pela hipertrofia burocrática e pela centralização administrativa. Além disso, um ponto central da obra é a análise de classe dos pequenos camponeses franceses.

Pois no 18 de Brumário de Luís Bonaparte, Marx ainda dedica atenção especial ao campesinato francês, caracterizando-o como uma classe numerosa, porém dispersa, cuja fragmentação em pequenas propriedades impedia a constituição de uma consciência coletiva. Embora compartilhassem condições de existência semelhantes, a ausência de organização e de vínculos políticos comuns os tornava incapazes de agir como uma classe autônoma. Nesse contexto, Marx (2011, p. 146) recorre a uma metáfora contundente para expressar a precariedade material e intelectual que limitava esse segmento social:

Nessa escravização ao capital, para a qual inevitavelmente ruma o seu desenvolvimento, a propriedade parcelada transformou a massa da população francesa em trogloditas. Dezesseis milhões de camponeses (incluindo mulheres e crianças) se abrigam em cavernas, das quais grande parte possui apenas uma abertura, a outra parte, apenas duas aberturas e a mais favorecida, apenas três aberturas.

A metáfora das casas sem janelas simboliza não apenas a miséria material, mas também o horizonte restrito de percepção social e cultural do campesinato, que, apesar de numericamente expressivo, não conseguia articular-se politicamente (Vieira, 2022). A fragilidade estabeleceu espaço para que Luís Bonaparte se apresentasse como representante e protetor dessa massa dispersa, convertendo sua própria figura na personificação da ordem:

O Partido da Ordem obteve a vitória, Bonaparte apenas teve de creditá-la para si. Foi o que ele fez. No dia 14 de junho, pôde-se ler uma proclamação nos muros de Paris em que o presidente, como que sem a sua participação, reticente, forçado pela impetuosidade dos eventos, ressurgiu do seu isolamento monástico, queixa-se das calúnias dos seus adversários que menosprezam a sua virtude e, parecendo identificar a sua pessoa com a causa da ordem, identifica, antes, a causa da ordem com a sua pessoa (Marx, 2011, p. 70).

A justaposição dessas passagens evidencia o mecanismo pelo qual uma classe desarticulada transfere sua representação a uma liderança externa. Conforme exposto, Bonaparte, nesse contexto, não encarna um projeto autêntico de emancipação, mas sim a apropriação oportunista de um espaço deixado pelo campesinato atomizado e pela burguesia dividida (Vieira, 2022).

Além disso, Marx (2011) observa ainda a presença de grupos politicamente ativos que não possuíam base produtiva sólida. Os chamados republicanos burgueses não representavam uma fração coesa da burguesia produtiva. Segundo Campos e Cassin (2018), os atores eram chamados de burgueses não pelo vínculo direto com os meios de produção, mas pela visão de mundo, pela defesa da ordem burguesa como única via de estabilidade social. Portanto, a representação política de classe, neste contexto, se dá por meio de uma identificação ideológica, simbólica e discursiva (Viana, 2016).

Portanto, a análise marxiana também evidencia que o Estado, mesmo quando parece autônomo, continua a expressar a estrutura de classes na qual está inserido. Afinal, Marx, no Manifesto, já apontava que: o executivo do Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa (Marx; Engels, 2008).

Contudo, em momentos de crise política, quando há fragmentação ou ausência de hegemonia entre frações da classe dominante, o aparelho estatal pode adquirir contornos bonapartistas, pretendendo representar a totalidade da nação, mas, na prática, reprimindo as classes subalternas e garantindo a continuidade da dominação burguesa (Maluf, 2024).

De modo que a hipertrofia do centro executivo, amparada por redes burocráticas e por dispositivos plebiscitários de legitimação, produz uma autonomização relativa do Estado, cuja aparência de neutralidade encobre a função de recompor a ordem de classe mediante centralização administrativa, repressão seletiva e rearranjos de compromisso no topo da estrutura social. Nesse sentido, Marx (2011) reconhece que o Estado, mesmo aparentando uma lógica própria, permanece imerso nas relações de classe que o engendram. Sua organização interna traduz, ainda que de forma mediada, a natureza de classe da sociedade, de modo que a reprodução da ordem burguesa não depende da presença direta da burguesia nos aparelhos estatais.

A análise marxiana evidencia, assim, que as classes sociais atuam como agentes dentro de um contexto político-institucional relativamente autônomo, no qual as instituições do Estado tanto condicionam quanto são condicionadas pelas estratégias das classes em conflito (Marques, 2017). A dinâmica política nesse viés não é reflexo mecânico dos interesses econômicos, pois as formas políticas podem favorecer ou constranger as estratégias das classes em luta. Com esse quadro materialista delineado, a sequência analítica volta-se à contribuição de Max Weber, que desloca o foco da infraestrutura econômica para a ação social e para a diferenciação entre classes, estamentos e partidos na explicação das desigualdades.

3. MAX WEBER E A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

3.1. O INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO E A ABORDAGEM DAS DESIGUALDADES

A discussão weberiana sobre a estratificação social está em oposição direta às concepções de matriz materialista. Enquanto Karl Marx centra a análise na infraestrutura econômica e na luta entre classes antagônicas, o sociólogo alemão optou por um método que parte das ações dos indivíduos e das orientações de sentido que atribuem à própria conduta (Sell, 2016). Max Weber (1864–1920) partiu da formulação de uma sociologia compreensiva que enfatiza a ação social como categoria central de análise, situando-se no âmbito do que se convencionou denominar individualismo metodológico (Silva, 2024). Nessa abordagem, Weber assumiria a irredutibilidade da realidade à construção teórica do pesquisador.

Para Weber, estava muito claro que o sociólogo não pode tratar seus conceitos (e suas teorias) como se fossem uma reprodução da realidade. Este seria o erro das teorias positivistas. Adotando a filosofia kantiana, Weber parte do princípio de que o conhecimento humano não é uma reprodução da essência da realidade. Pelo contrário, o conhecimento humano só capta as relações entre as coisas existentes, de acordo com a estrutura da mente humana. Portanto, nunca de forma exaustiva e exata (Sell, 2006, p. 185).

Portanto, o autor lança mão da ferramenta conceitual denominada “tipo ideal”. Essa construção teórica permite ao pesquisador elaborar formas típicas dos objetos estudados através da acentuação de seus aspectos característicos. Porém, sem confundir essas formas com a realidade em si. Portanto, os tipos ideais:

Além de ajudar a entender a realidade, que é diversa e heterogênea, organizando os dados em conceitos homogêneos, o sociólogo deve sempre ancorar estes conceitos nos acontecimentos. É justamente para isto que servem os tipos ideais: permitir ao pesquisador uma forma constante de comparar suas teorias com a realidade pesquisada, a partir de um aspecto desta (Sell, 2006, p. 187).

Na definição dada por Weber (1982), a sociologia é uma ciência que se propõe a interpretar a ação social, entendida como uma conduta humana à qual o sujeito associa um sentido e que, quanto a esse sentido, se orienta pelo comportamento de outro. Posto isto, o procedimento adotado pelo autor supõe que as formações sociais se explicam mediante o encadeamento das ações orientadas pelos indivíduos, e não por entidades supraindividuais.

Nesse sentido, Weber defende que os fenômenos sociais devem ser compreendidos a partir do sentido atribuído pelos indivíduos às suas ações, em articulação com o contexto em que se inserem (Tineu, 2017). Conforme sustenta Sell (2020), caracteriza-se ação social aquela em que o sentido atribuído pelo agente se orienta pelo comportamento de outros indivíduos, considerando suas possíveis reações e ajustando-se a elas no curso da conduta.

Portanto, a ação possui sentido subjetivamente referido a outro e condiciona a estruturação das hierarquias. De acordo com Sell (2016), o próprio Weber delinea esse princípio ao afirmar que, no âmbito da sociologia, por ação social se entende toda conduta humana à qual o agente associa um sentido e que, quanto ao seu sentido visado, se refere ao comportamento de outros indivíduos. Orientando-se por este comportamento em seu desenvolvimento (Ritzi-Messner *et al.*, 2010). De modo que a definição desloca o foco de estruturas objetivas para o universo da interpretação, ou seja, para as motivações e valores que guiam as ações.

O individualismo metodológico implica algumas consequências para o estudo das desigualdades. De modo que desloca o eixo explicativo da estrutura para a hermenêutica das condutas. Além disso, Weber adverte que a distribuição de poder dentro de uma comunidade não se limita à esfera econômica e que “busca apenas o poder, o poder como fonte de dinheiro, mas também o poder pelo poder” (Weber, 1982, p. 132).

O poder, no conceito de Weber, define-se como a chance de um indivíduo ou grupo impor a própria vontade, mesmo diante da resistência de outros. Para Tineu (2017), ao insistir neste ponto, o autor distingue sua abordagem de qualquer economicismo e reconhece a pluralidade de motivações que sustentam o poder: riqueza, prestígio e capacidade de interferir nas decisões políticas.

É importante destacar ainda que, ao formular essa concepção de poder, Weber rejeita reducionismos. Os indivíduos não buscariam o poder apenas visando o ganho econômico, pois o prestígio social pode ser um objetivo em si mesmo. Essas opções metodológicas se traduzem em um quadro analítico no qual classe, estamento e partido figuram como dimensões distintas da hierarquização, articuladas entre si, mas dotadas de relativa autonomia (Weber, 1982).

A análise da desigualdade, nessa perspectiva, passa a contemplar simultaneamente a inserção no mercado, o prestígio na comunidade e a participação em organizações voltadas ao poder político. Nesse contexto, a desigualdade não se restringe à dimensão econômica, mas incorpora variáveis simbólicas e políticas que determinam o lugar do indivíduo na coletividade (Tineu, 2017).

A inserção no mercado, o prestígio social e a capacidade de influência sobre decisões políticas compõem um campo de forças interdependente, no qual se entrelaçam interesses materiais e valores culturais (Weber, 2004a).

A perspectiva evidencia que o poder se distribui segundo múltiplos critérios de valoração que, conjugados, sustentam a reprodução das hierarquias sociais e a estabilidade das estruturas de dominação. A teoria da estratificação social elaborada por Max Weber pode ser entendida como resposta epistemológica ao reducionismo econômico da concepção marxiana de classes (Silva, 2024).

Posto isto, o individualismo metodológico permite a Weber conceber a estratificação social como fenômeno plural e estruturado por distintas esferas de poder (Ritzi-Messner *et al.*, 2010).

Menezes (2020) descreve que, no pensamento weberiano, a distribuição do poder abrange o acesso desigual a recursos a partir de diferentes posições de mercado. Mas também diferentes níveis de prestígio social. Assim, a estratificação moderna articula dimensões econômicas, sociais e simbólicas, expressando um sistema de posições hierarquizadas por critérios múltiplos.

Devemos, portanto, distinguir entre “classes proprietárias” e “classes de renda”, determinadas principalmente pelo mercado. A sociedade de hoje está estratificada em classes e em grau especialmente acentuado em classes de renda. Mas no prestígio estamental especial das camadas “educadas”, nossa sociedade encerra elementos muito concretos de estratificação estamental. Externamente, esse fator é, muito claramente, representado pelos monopólios econômicos e pelas oportunidades sociais preferenciais dos detentores de diplomas (Weber, 1982, p. 346).

Trata-se, portanto, de uma concepção de estratificação que conjuga economia, status e política em uma arquitetura analítica de caráter multidimensional e rigor conceitual (Silva, 2024). Dessa forma, a visão pluralista está sintetizada na introdução de “Classe, Estamento e Partido”, quando o autor observa que “toda ordem jurídica influi diretamente na distribuição do poder, econômico ou qualquer outro, dentro de sua respectiva comunidade” (Weber, 1982, p. 210), e que, em geral, por poder entende-se a chance de uma pessoa ou grupo impor a própria vontade, mesmo contra a resistência de outros, através de uma ação comum.

E ainda explica:

Isso é válido para todas as ordens jurídicas e não apenas para a do Estado. Em geral, entendemos por “poder” a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação.

O poder “condicionado economicamente” não é, decerto, idêntico ao “poder” como tal. Pelo contrário, o aparecimento do poder econômico pode ser a consequência do poder existente por outros motivos. O homem não luta pelo poder apenas para enriquecer economicamente. O poder, inclusive o poder econômico, pode ser desejado “por si mesmo”. Muito frequentemente, a luta pelo poder também é condicionada pelas “honras” sociais que ele acarreta (Weber, 1982, p. 210).

Nota-se que o poder determinado economicamente não se identifica com o poder em geral, pois sua emergência pode ser consequência de outras formas de influência. Ademais, a racionalidade das ações, na análise weberiana, apresenta diferentes modalidades. As ações podem ser instrumentais, quando orientadas a fins determinados e calculam meios adequados; podem ser orientadas por valores, quando obedecem a convicções éticas ou religiosas; podem ser emocionais, quando correspondem a estados afetivos; ou tradicionais, quando se enraízam em hábitos herdados (Weber, 1982, p. 75).

Diferentes ordens de significação, a ordem econômica, a ordem social e a ordem política se articulam de modo complexo e, embora possam coexistir, conservam certa autonomia (Menezes, 2020). A escolha metodológica se traduz na pluralidade de formas de estratificação e que, na obra de Weber (1982), classe, estamento e partido constituem dimensões distintas, articuladas, mas não redutíveis umas às outras. O estudo da desigualdade, portanto, passa a contemplar simultaneamente as posições de mercado, a honra social e a capacidade de influenciar a vida política.

Conforme observa Weber (2024), o que em definitivo criou o capitalismo foi a empresa duradoura e racional, a contabilidade racional, a técnica racional, o Direito racional. Tudo isso decorre de um processo ainda mais amplo de racionalização da vida identificado pelo autor.

A esse processo de racionalização vincula-se o desencantamento do mundo, conferindo-lhe um aspecto negativo: o racionalismo estrutural que entronizara a razão como demiurgo do universo transforma-se em razão técnica instrumental a serviço do capital, que enquadra o homem moderno (Vilela, 1999, p. 47).

Segundo Silva (2015), a racionalidade econômica, ao mesmo tempo em que proporcionou estabilidade e previsibilidade, engendrou formas impessoais de dominação que restringem a liberdade individual e consolidam o controle institucional sobre a vida cotidiana. Interpretação esta que sintetiza o núcleo da teoria weberiana da ação social e evidencia as implicações de seu individualismo metodológico. Nesse cenário, o processo confere à modernidade uma natureza ambivalente, emancipando o sujeito das tradições ao mesmo tempo em que o submete à lógica instrumental (Silva, 2024).

Nessa concepção, a análise das desigualdades requer a inclusão das dimensões simbólicas e institucionais que mantêm as hierarquias sociais. O individualismo metodológico, ao situar a ação social como núcleo explicativo, fornece o alicerce para compreender a articulação entre economia, status e poder. Sobre essa base, Weber delinea as três instâncias de estratificação como eixos complementares da diferenciação e da dominação social.

3.2. CLASSE, ESTAMENTO E PARTIDO

A contribuição mais sistemática de Max Weber ao debate sobre estratificação encontra-se no ensaio “Classe, Estamento e Partido”, publicado postumamente como parte da obra *Economia e Sociedade* (Sell, 2016). Nesse texto, Weber (1982) apresenta sua clássica tipologia tripartida, segundo a qual a ordem social é estruturada por três dimensões analíticas interdependentes, porém distintas: classe, estamento e partido. Nesse pressuposto, as ordens não constituem comunidades em si, mas formam bases possíveis de ação coletiva. De acordo com o autor:

Mas essa é sempre a conotação genérica do conceito de classe: que o tipo de oportunidade no mercado é o momento decisivo que apresenta condição comum para a sorte individual. “Situação de classe”, nesse sentido, e, em última análise, “situação de mercado”. [...] Fator que cria “classe” é um interesse econômico claro, e, na verdade, apenas os interesses ligados à existência do “mercado”. Não obstante, o conceito de “interesse de classe” é ambíguo: mesmo como conceito empírico, é ambíguo na medida em que se entenda por ele algo além da direção fatural de interesses que se segue com certa probabilidade da situação de classe para certa “média” das pessoas sujeitas à situação de classe (Weber, 1982, p. 214).

A classe social, no pensamento weberiano, não constitui um grupo social coeso, mas um agrupamento de indivíduos que compartilham uma posição semelhante no mercado, principalmente no que diz respeito às oportunidades de aquisição de bens e rendimentos (Silva, 2024). A condição econômica, embora relevante, não é suficiente para gerar consciência de classe e/ou ação coletiva.

Apesar disso, Weber reconhece a importância da distinção entre proprietários e não-proprietários no âmbito de mercado, sendo relevante para determinar a “situação de classe”. Conforme o autor, “‘Propriedade’ e ‘falta de propriedade’ são, portanto, as categorias básicas de todas as situações de classe” (Weber, 1982, p. 213).

As oportunidades de mercado, portanto, são essenciais na definição de classe, afinal, como o autor expressa acerca desse assunto: "aqueles cujo destino não é determinado pela oportunidade de usar, em proveito próprio, bens e serviços no mercado, isto é, os escravos, não são, porém, uma "classe", no sentido técnico da expressão. São, antes, um "estamento" (Weber, 1982, p. 214).

Nesse sentido, percebe que a análise se distingue nitidamente da concepção marxista, uma vez que, para Weber, a classe não é necessariamente portadora de um projeto histórico (Silva, 2024). Trata-se, antes, de uma situação de vida condicionada por fatores econômicos semelhantes, mas sem implicar, por si só, solidariedade política ou cultural.

A segunda dimensão da estratificação refere-se ao estamento, categoria associada ao prestígio social e ao reconhecimento simbólico.

Em contraste com as classes, os grupos de "status" são normalmente comunidades. Com frequência, porém, são do tipo amorfo. Em contraste com a "situação de classe" determinada apenas por motivos econômicos, desejamos designar como "situação de status" todo componente típico do destino dos homens, determinado por uma estimativa específica, positiva ou negativa, da honraria (Weber, 1982, p. 218).

Para o ator, esse segundo componente, diferente do fundamento econômico, não só é fator possível, mas provável na formação de solidariedade entre os indivíduos. Sobre a origem dessa dimensão, porém, ele afirma: "o desenvolvimento do estamento é essencialmente uma questão de estratificação que se baseia na usurpação, que é a origem normal de quase toda honra estamental" (Weber, 1982, p. 220). Os estamentos são caracterizados por um estilo de vida distintivo, muitas vezes regulado por normas de convivência e códigos morais, que estabelecem fronteiras simbólicas entre grupos sociais. Weber observa: "Os chamados 'estamentos' dificultam a realização rigorosa do princípio de mercado, puro e simples" (Weber, 1982, p. 217).

A pertença a um estamento impõe normas de comportamento, estilos de vida, vestuário e padrões de sociabilidade, de modo a delimitar fronteiras entre "nós" e "eles". Os indivíduos podem pertencer ao mesmo estamento independentemente de sua riqueza, pois a honra estamental nem sempre corresponde à posse de bens (Pernías, 2021).

Conforme observa Menezes (2020), essa honra se estabelece em um terreno distinto do mercado, exigindo símbolos distintivos e uma ordem social vivida que incorpore valores estéticos e culturais. A ordem social é condicionada em alto grau pela ordem econômica e, por sua vez, influi nela, mas sem reduzir-se a ela (Weber, 1982, p. 2012).

Nesse sentido, as distinções não derivam necessariamente da posição econômica, ainda que muitas vezes se associem a ela. O estamento, portanto, enfatiza a ordem simbólica da hierarquia social, possibilitando a compreensão de mecanismos de exclusão que operam no nível das identidades, do prestígio e do reconhecimento (Tineu, 2017).

Além disso, Weber analisa os partidos políticos, definidos como organizações que buscam exercer influência no âmbito do poder.

O lugar autêntico das classes é no contexto da ordem econômica, ao passo que os estamentos se colocam na ordem social, isto é, dentro da esfera da distribuição de honras. Dessas esferas, as classes e os estamentos influenciam-se mutuamente e a ordem jurídica, e são, por sua vez, influenciados por ela. Mas os “partidos” vivem sob o signo do “poder” (Weber, 1982, p. 227).

Por partidos entendem-se associações que visam a um objetivo planejado, seja ele um objetivo material ou ideal, com vistas à obtenção de influência sobre um processo comunitário de ação (Lemos, 2012). O enfoque permite compreender a política não como reflexo direto das condições econômicas, mas como campo específico de disputa e dominação, dotado de lógicas próprias, ainda que articuladas às esferas econômica e simbólica.

Ao contrário das classes e estamentos, que se vinculam a condições sociais e estilos de vida, os partidos orientam-se por finalidades racionais, voltadas à conquista de posições de comando dentro do Estado. Segundo Pernías (2021), Weber explica que a ação partidária sempre contém uma dimensão de ação social racional voltada a finalidades, ao passo que a ação das classes e dos estamentos pode carecer desse elemento. Dessa forma, o objetivo do partido, portanto, é influenciar o aparato de dominação e, se possível, compô-lo com seus seguidores (Weber, 1982).

As estruturas partidárias variam segundo o tipo de domínio sobre o qual atuam; elas se adaptam às formas de dominação e às divisões de classe ou estamento de cada comunidade. É possível observar nesse pressuposto o que Sell (2020) chama atenção para o fato de que a contribuição inicial de Weber incluía os partidos na análise da estratificação, mas textos posteriores enfatizaram, sobretudo, as dimensões de classe e *status*.

Dessa forma, para Weber (1982, p. 212), “classes, estamentos e partidos são fenômenos da distribuição de poder dentro de uma comunidade”. Na leitura do autor, as classes, os estamentos e os partidos pressupõem necessariamente a existência de uma coletividade estruturada, dentro da qual se desenvolve uma ação comunitária de caráter político, dotada de racionalidade própria e de mecanismos de legitimação do poder.

Todavia, o alcance das organizações partidárias não se circunscreve às fronteiras de uma comunidade política específica. O autor afirma que: "Pelo contrário, em todos os tempos ocorreu habitualmente que eles (mesmo quando visam ao uso da força militar em comum) ultrapassam as fronteiras da comunidade política" (Weber, 1982, p. 228).

A articulação entre classes, estamentos e partidos, portanto, expressa a complexidade da vida social moderna e evidencia que o poder se manifesta em múltiplas esferas, sendo reproduzido por mecanismos de legitimidade, racionalização e dominação que transcendem a posse de capital. De modo que a leitura coloca em relevo a concepção de Weber (2004) sobre a racionalização das relações sociais e a consolidação de um ordenamento jurídico-político no qual o poder assume formas institucionalizadas, sustentadas pela crença na legalidade e pela obediência a normas abstratas (Sell, 2020).

Dessa forma, Weber (1982) delineia um modelo de estratificação social que não se reduz ao determinismo econômico, como associado à tradição marxista, mas que integra dimensões plurais de dominação. Segundo Lemos (2012), a análise weberiana introduz uma concepção de poder relacional, fundamentada na capacidade de um agente impor sua vontade mesmo diante de resistência, mediante recursos econômicos, prestígio social ou autoridade institucional. A perspectiva amplia a compreensão da desigualdade social, permitindo interpretar as hierarquias como construções dinâmicas, sustentadas tanto por fatores materiais quanto por estruturas simbólicas e normativas.

3.3. MERCADO, ESTILOS DE VIDA E PODER POLÍTICO

A distinção entre classe e estamento evidencia a coexistência de esferas de hierarquização: a ordem econômica, vinculada à distribuição de bens no mercado, e a ordem social, relacionada ao reconhecimento e à honra. Nas sociedades capitalistas, essas esferas se interpenetram. Segundo o ensaio weberiano, o mercado cria diferentes chances de vida e possibilita que grupos possuidores monopolizem bens (Sell, 2020).

Para Weber (1982), a estrutura de propriedade condiciona o acesso a bens de consumo e a fontes de renda, mas não determina, de forma mecânica, o prestígio social. A honra estamental baseia-se em estilos de vida reconhecidos como legítimos e dignos de respeito, expressos em hábitos cotidianos, padrões de convivência e símbolos de distinção. A pertença a um estamento supõe a observância de códigos específicos de comportamento e de práticas endogâmicas que asseguram a coesão interna e a reprodução do grupo.

A tríplice diferenciação entre classes, estamentos e partidos permite a Weber (1982) elaborar uma concepção multidimensional da estratificação, na qual o mercado opera como instância geradora de desigualdades materiais.

Nesse contexto, as classes proprietárias concentram os recursos e controlam as condições de trabalho. Enquanto os indivíduos destituídos de propriedade dependem da venda de sua força laboral em condições definidas pelos detentores do capital. Em consequência, a estrutura de classes expressa relações de dominação mediadas por oportunidades desiguais no mercado, mas a hierarquia social não se esgota nessa dimensão econômica (Silva, 2024).

Nas sociedades capitalistas, a interpenetração entre as ordens econômica e social consolida um processo de acumulação de vantagens, em que a posse de bens e o acesso a posições de prestígio reforçam reciprocamente os mecanismos de exclusão. Conforme analisa Lemos (2012), a estratificação resulta da articulação entre riqueza, distinção simbólica e reconhecimento social, configurando hierarquias sustentadas por valores e convenções culturais que legitimam desigualdades materiais e honoríficas.

Para tanto, a dimensão política constitui outro importante terceiro eixo da análise weberiana (Silva, 2024). Ao corresponder à capacidade de influenciar decisões coletivas mediante dominação legítima. A formação do Estado moderno representa, nesse sentido, o ponto culminante do processo de racionalização das formas de poder.

Segundo Lemos (2012), a racionalidade burocrática, estruturada por competências, hierarquias e procedimentos, converte-se em mecanismo privilegiado de coordenação social e em fonte de legitimidade, uma vez que suas decisões se apresentam como tecnicamente justificadas e universalistas, ainda que produzidas em contextos permeados por interesses e assimetrias de posição.

Posto isto, em linha com a ideia de racionalização proposta por Weber, a evolução das estruturas políticas nas sociedades ocidentais demonstra a transição do poder pessoal do governante para a institucionalização de um corpo administrativo regido por normas impessoais e pela especialização funcional. A burocracia moderna caracteriza-se pela hierarquia formal, pela profissionalização dos agentes e pela submissão das decisões à legalidade objetiva das regras, e não à vontade particular dos indivíduos. Weber (1982, p. 102) afirma que:

No Estado contemporâneo — e isso é essencial ao conceito de Estado — a separação entre o quadro administrativo, os funcionários administrativos e os trabalhadores, em relação aos meios materiais de organização administrativa, é completa. Aqui começa a maior parte da evolução moderna e vemos com nossos próprios olhos a tentativa de estabelecer a expropriação desse expropriador dos meios políticos e, portanto, do poder político.

A formulação explicita o princípio da expropriação dos meios de poder, segundo o qual o Estado moderno monopoliza os instrumentos de coerção e os separa da esfera privada, convertendo-os em patrimônio institucional. Nas formações pré-modernas, o governante detinha pessoalmente os recursos militares, financeiros e coercitivos. Na modernidade, esses meios passam à titularidade do Estado como entidade jurídica e impessoal, instaurando uma nova forma de dominação baseada na racionalidade legal (Lemos, 2012).

O Estado racional-legal, portanto, simboliza a culminância da racionalização política, consolidando o monopólio legítimo da força e a distinção entre autoridade pessoal e função institucional. Para Sell (2020), essa transição redefine o poder político, que deixa de ser expressão da vontade individual e converte-se em autoridade formal legitimada pelo ordenamento jurídico. Nesse quadro para Weber (1982), a burocracia torna-se o instrumento essencial dessa racionalidade, garantindo estabilidade, previsibilidade e continuidade ao exercício da dominação legítima.

No âmbito da política, segundo Silva (2024), os partidos desempenham papel estratégico na mediação entre interesses sociais e a estrutura estatal. Compreendidos como associações orientadas a fins, eles mobilizam recursos materiais e simbólicos, recrutam apoiadores e elaboram programas com vistas à ocupação de posições de comando no interior do aparato estatal (Lemos, 2012). A ação partidária, pautada pela racionalidade de meios e objetivos, interage com classes e estamentos, mas preserva lógica própria.

A autonomia relativa do campo político é decisiva para explicar trajetórias de ascensão e de poder que não se reduzem a variáveis econômicas ou honoríficas, uma vez que credenciais políticas, vínculos associativos e capacidade de organização possibilitam influenciar a formulação de normas e a distribuição de oportunidades (Weber, 2004b).

A esfera política, ao operar com lógica própria, converte interesses coletivos em programas de ação e redefine equilíbrios sociais por meio de decisões formalizadas. Nesse desenvolvimento, a institucionalização desse domínio culmina na formação de organizações partidárias, que transformam alinhamentos sociais em estruturas permanentes de disputa. É nesse horizonte que Weber (1982, p. 122) descreve a gênese dos partidos modernos, destacando que:

Esses partidos foram formados de acordo com os interesses de classe, as tradições familiares e as razões ideológicas, em proporções iguais. Clérigos, professores, mestres, advogados, médicos, farmacêuticos, agricultores prósperos, industriais na Inglaterra, toda a camada que se considerava pertencente à classe dos cavalheiros formaram, a princípio, associações ocasionais na maioria dos clubes políticos locais.

Em épocas de intranquilidade, a pequena burguesia elevava sua voz, e de quando em vez o proletariado se surgisse líderes, que, entretanto, via de regra não vinham de seu seio. Nessa fase, os partidos organizados como associações permanentes entre localidades ainda não existem claramente. Somente os delegados parlamentares criam a coesão; e os notáveis locais são decisivos para a eleição dos candidatos. Os programas eleitorais se originam, em parte, na atração eleitoral dos candidatos, em parte nas reuniões dos notáveis. Ou surgem como resoluções do grupo parlamentar. A liderança dos clubes é uma atividade secundária e uma empresa honorífica, segundo as exigências do momento.

A passagem demonstra que a articulação inicial dos partidos não se apoiava em estruturas organizacionais complexas, mas em redes pessoais de influência e em alianças ocasionais vinculadas a tradições sociais e interesses coletivos. A consolidação institucional dessas associações resultou de processo gradual de racionalização, no qual vínculos locais foram transformados em organizações estáveis dotadas de procedimentos, programas e mecanismos formais de coordenação. A partir desse desenvolvimento, os partidos passaram a integrar o funcionamento regular do Estado moderno, convertendo recursos econômicos, posições de prestígio e orientações ideológicas em capacidade efetiva de direção política.

Nesse sentido, a coesão política resultava de relações pessoais e da influência local, anteriores à consolidação institucional (Silva, 2024). No âmbito político, o processo evidencia a racionalização da ação coletiva, no qual grupos honoríficos se transformam em organizações burocráticas permanentes. Assim, para Sell (2020), os partidos atuam como mediadores entre as ordens econômica, social e política, convertendo distinções simbólicas e interesses materiais em poder institucionalizado no Estado moderno.

Portanto, a teoria weberiana da estratificação expressa uma concepção plural de poder que ultrapassa o determinismo econômico. A formulação apoia-se no método dos tipos ideais, instrumento lógico que acentua os elementos estruturantes da realidade social e permite apreender seus mecanismos de diferenciação. Em convergência com o individualismo metodológico, Weber (1982) compreende as formações sociais como resultados de ações dotadas de sentido, orientadas por valores e interesses recíprocos. O princípio da neutralidade axiológica assegura à análise sociológica o distanciamento necessário entre descrição e valoração, preservando o caráter da investigação. Weber (1982) alcança, desse modo, uma compreensão da estratificação como processo de legitimação racional das desigualdades, no qual o poder é distribuído e reproduzido por estruturas econômicas, status sociais e instituições políticas.

A desigualdade é, assim, da racionalização das condutas e da distribuição diferenciada de oportunidades entre indivíduos situados em esferas específicas de poder (Sell, 2016).

Classe, estamento e partido constituem, portanto, categorias analíticas autônomas, que descrevem distintas formas de apropriação de recursos econômicos, de reconhecimento simbólico e de influência política. As desigualdades sociais derivam da interação entre essas distintas ordens, o mercado, o prestígio e a política, cujas hierarquias se articulam sem se reduzir umas às outras.

Mediante ao exposto, a sistematização da estratificação em Weber demonstra que as hierarquias resultam da interação entre mercado, prestígio e poder político, compondo uma arquitetura analítica que integra dimensões econômicas, simbólicas e institucionais. A estrutura social aparece, nesse contexto, como produto de ações dotadas de sentido e de ordenamentos que legitimam posições diferenciadas. A partir desse ponto, torna-se possível avançar para a contribuição de Pierre Bourdieu, cuja formulação desloca o enfoque para mecanismos simbólicos de classificação, examinando como disposições incorporadas, capitais diferenciados e arenas concorrenciais organizam a distribuição do poder no espaço social.

4. PIERRE BOURDIEU E A SOCIOLOGIA DA DISTINÇÃO

A teoria sociológica de Pierre Bourdieu (1930-2002), possuindo forte influência de Weber, representa uma das reformulações mais consistentes da sociologia no século XX. Enquanto o paradigma weberiano compreende as hierarquias sociais a partir da articulação entre classes, estamentos e partidos, Bourdieu desloca o foco da análise para as formas simbólicas de dominação, concebendo o poder como princípio relacional imanente a todas as práticas sociais (Nauroski, 2023).

No pensamento de Pierre Bourdieu, a compreensão das desigualdades sociais requer a articulação entre as categorias de *habitus*, capital e campo, que estruturam o espaço social em níveis interdependentes. O campo constitui o núcleo de sua teoria sociológica, sendo entendido como um espaço relacional de forças objetivas, no qual agentes e instituições, dotados de diferentes volumes e composições de capital, disputam posições e definem o que é considerado legítimo em cada esfera da vida social. Cada campo possui regras próprias de funcionamento, recursos específicos e um grau variável de autonomia em relação aos demais (Bourdieu, 2007).

A autonomia dos campos não implica isolamento, mas a existência de uma lógica interna de hierarquização e competição simbólica. O poder simbólico manifesta-se quando determinados agentes conseguem impor suas categorias de percepção e classificação como universais, naturalizando posições dominantes e reforçando estruturas de distinção. Dessa forma, o campo constitui o espaço no qual o *habitus* se manifesta, e os capitais adquirem eficácia prática. A análise das classes sociais, em Bourdieu, desloca-se, portanto, do plano estritamente econômico para a abarcar também as dimensões simbólicas e culturais das relações sociais. A reprodução das desigualdades decorre não apenas da posse de recursos materiais, mas também da capacidade de converter capitais e impor legitimidade dentro dos diferentes campos sociais (Souza, 2013).

A perspectiva confere à sociologia bourdieusiana um caráter integrador, ao evidenciar que a posição dos agentes no espaço social depende da interação entre estrutura objetiva e trajetória individual. O *habitus* orienta práticas e percepções que reproduzem as hierarquias, enquanto o campo define as regras de disputa e legitimação dos capitais. A dominação, portanto, não se reproduz nas formas simbólicas de reconhecimento e distinção que asseguram a continuidade das posições sociais.

De acordo com Sapiro (2019), a sociologia bourdieusiana fundamenta-se na premissa de que a reprodução das desigualdades resulta da acumulação, circulação e conversão de diferentes capitais no interior de espaços estruturados de concorrência, denominados campos.

Cada campo estabelece regras específicas e posições hierarquizadas de prestígio e autoridade, legitimadas por sistemas de percepção e valoração incorporados no *habitus*.

Nessa perspectiva, Bourdieu (2007) constrói uma sociologia da distinção voltada à análise das estratégias de diferenciação e reconhecimento que asseguram a reprodução das hierarquias. Sua obra realiza uma síntese entre estrutura e ação, demonstrando que o poder se reproduz simultaneamente nas práticas objetivas e nas disposições subjetivas. Ao integrar as dimensões econômica, simbólica e cultural em um mesmo quadro analítico, Bourdieu redefine o conceito de classe, concebendo-o como posição relacional dentro de um sistema de capitais, e não como categoria estritamente econômica.

4.1. LÓGICA RELACIONAL E TEORIA DOS CAPITAIS

No pensamento bourdieusiano, as relações sociais são analisadas a partir de uma lógica relacional que recusa a ideia de propriedades estáveis e isoladas. Pierre Bourdieu busca compreender as desigualdades a partir de como diferentes volumes e estruturas de recursos se combinam em posição no espaço social (Pinto; Barbosa, 2020). A teoria social de Pierre Bourdieu estrutura-se sobre uma *ontologia* relacional, segundo a qual o mundo social não é composto de substâncias isoladas, mas de relações entre posições objetivamente definidas.

Posto isto, a sociologia de Pierre Bourdieu propõe uma leitura das estruturas sociais fundada na interdependência entre agentes, capitais e campos, recusando interpretações essencialistas das práticas humanas. A análise relacional permite compreender como as posições sociais se definem pela distribuição desigual de recursos simbólicos e materiais, constituindo um espaço de forças em permanente disputa.

Como assinala Alves:

Bourdieu busca estabelecer desde cedo que as práticas culturais juntamente com as preferências em assuntos como educação, arte, mídia, música, esporte, posições políticas, entre outros, estão ligadas ao nível de instrução, submetidas ao volume global de capital acumulado, aferidas pelos diplomas escolares ou pelo número de anos de estudo e, secundariamente, à herança familiar. Na verdade, trata-se de desmistificar afirmações da ordem do senso comum quando se assevera que o gosto sobre determinada matéria não se discute; mais do que isso, o gosto classifica e distingue; aproxima e afasta aqueles que experimentam os bens culturais (Alves, 2008, p. 2).

O gosto, ao contrário do que propõe o senso comum, não é uma expressão neutra de preferências pessoais; ele atua como princípio de classificação e diferenciação social, reforçando fronteiras simbólicas entre grupos e legitimando hierarquias culturais. A concepção bourdieusiana conduz a uma leitura segundo a qual as preferências culturais, os hábitos e os estilos de vida não se constituem como manifestações autônomas da subjetividade individual, mas como expressões objetivas de posições estruturadas no interior do espaço social (Abreu, 2015).

Nesse sentido, o campo social apresenta-se como uma rede de posições em permanente tensão, cuja lógica interna determina a forma de valorização dos capitais em disputa. A posição só adquire sentido dentro de um campo específico de forças, de modo que os agentes e suas propriedades são inseparáveis das relações que mantêm entre si. Em *A Distinção*, Bourdieu (2007, p. 107) afirma que:

O capital de relações sociais [...] sendo uma energia social que existe e produz seus efeitos apenas no campo em que ela se produz e se reproduz, cada uma das propriedades associadas à classe recebe seu valor e sua eficácia das leis específicas de cada campo.

De modo que o trabalho acumulado persiste através de formas objetivadas ou incorporadas e tem a particularidade de produzir e reproduzir relações de dominação (Nauroski, 2023). Nesse sentido, o capital pode ser entendido como um recurso acumulado que confere poder e vantagem em contextos específicos.

Acrescentando a essa noção, pode-se ainda extrair de Bourdieu (2007) que o capital é resultado de tempo de trabalho passado, seja na produção de bens materiais, seja na incorporação de disposições duradouras, e que tende a sobreviver ao seu portador. Bourdieu (2007, p. 107) define esse princípio ao afirmar que:

Obedecendo a preocupação de recompor as unidades mais homogêneas do ponto de vista das condições de produção dos *habitus*, ou seja, no tocante às condições elementares da existência e dos condicionamentos que elas impõem, é possível construir um espaço, cujas três dimensões fundamentais sejam definidas pelo volume e estrutura do capital, assim como pela evolução no tempo dessas duas propriedades-manifestada por sua trajetória passada e seu potencial no espaço social (Bourdieu, 2007, p. 107).

De acordo com a sociologia relacional de Pierre Bourdieu (1986), o capital corresponde a trabalho acumulado que, apropriado privadamente, permite aos agentes apropriarem-se da energia social, produzindo lucros e reproduzindo-se de modo ampliado.

Trata-se de uma força inscrita nas estruturas objetivas e subjetivas, que persiste e se converte em diferentes modalidades a fim de manter a imobilidade estrutural da sociedade.

Ao deslocar o conceito de capital para além da esfera econômica, Bourdieu (2007) identifica modalidades principais: o capital econômico, referente à posse de bens e recursos financeiros; o capital cultural, relacionado ao domínio de saberes, títulos e disposições legitimadas; o capital social, constituído pelas redes de relações e de reconhecimento (Sapiro, 2019).

De acordo com Jung (2021), esses capitais operam de modo interdependente, e sua conversão recíproca assegura a reprodução das posições de privilégio. A acumulação desigual de capital estrutura o espaço social como um campo de forças em que os agentes disputam recursos materiais e simbólicos. Da posição de cada agente resulta o volume total de capitais de que dispõe, como também da proporção entre suas diferentes formas, o que define o estilo de vida, o gosto e a orientação das práticas (Catani *et al.*, 2024).

Ainda segundo Jung (2021), cada tipo de capital possui a capacidade de ser acumulado e de se converter em outros, permitindo que recursos materiais se transformem em distinções culturais ou em reconhecimento social. Por isso, para Bourdieu, o volume total e a composição do capital (a relação entre suas várias formas) determinam a posição dos indivíduos e grupos no espaço social (Pinto; Barbosa, 2020).

Além dessas três formas, Bourdieu (2007, p. 263) destaca o capital simbólico, entendido como a forma legitimada dos demais capitais, que adquire valor quando “gosto pessoal” ou “distinção natural de cultura” visam formar capital. Dessa forma, o capital simbólico representa a forma legitimada dos demais, funcionando como mecanismo de consagração e distinção. Isso ocorre, por exemplo, quando títulos honoríficos e/ou estilos de vida se apresentam como expressão de mérito individual e escondem os recursos materiais que os sustentam (Nauroski, 2023). Assim, o capital simbólico opera como mecanismo de apropriação das hierarquias, pois naturaliza e oculta as desigualdades de acesso aos recursos (Bourdieu, 2007).

Por meio dessa lógica, a reprodução das posições sociais se torna compreensível como resultado da acumulação desigual de capitais (Lima, 2009). De acordo com Sapiro (2019), o sistema de capitais opera em um espaço social estruturado, no qual os agentes ocupam posições diferenciadas conforme a quantidade e o tipo de capital que detêm. A dinâmica relacional entre esses capitais é o que determina a posição dos indivíduos no espaço social e, portanto, sua condição de classe (Pochmann, 2015).

A partir dessa perspectiva, o capital se constitui uma forma de poder socialmente reconhecida e relacionalmente produzida (Pinto; Barbosa, 2020). Ao conceber o capital como uma energia social situada, Bourdieu (2007) recusa tanto o determinismo econômico quanto o voluntarismo subjetivista. O comportamento dos agentes é orientado por disposições internalizadas, o *habitus*, mas condicionado pela estrutura objetiva de possibilidades de cada campo. A dialética entre condicionamento e estratégia confere à sociologia bourdieusiana um caráter processual: o espaço social é constantemente recriado pelas lutas de classificação e pelas reconversões de capital que nele se operam.

4.2. HABITUS, CAPITAIS E CAMPO

A formulação teórica desenvolvida por Pierre Bourdieu apresenta uma perspectiva relacional que desloca a oposição tradicional entre estrutura e agência, ao indicar que práticas e classificações resultam da articulação entre disposições incorporadas e recursos acumulados. A posição ocupada pelos agentes no espaço social decorre da combinação de capitais e de esquemas de percepção que orientam modos de agir coerentes com trajetórias socialmente condicionadas. A partir dessa premissa, o autor introduz categorias fundamentais de sua sociologia.

Bourdieu (2007) propõe uma teoria relacional da sociedade que rompe com as dicotomias clássicas entre estrutura e agência. De modo que sua análise parte do princípio de que a posição dos agentes no espaço social depende da combinação de diferentes formas de capital e das disposições interiorizadas que orientam suas práticas. É através dessa dimensão que ele desenvolve conceitos fundamentais da sua sociologia, como *habitus*.

O *habitus*, enquanto forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe, traduz a maneira pela qual a estrutura objetiva se inscreve no corpo e nas disposições subjetivas dos agentes (Silva *et al.*, 2023). Trata-se de um princípio gerador de práticas que, ao mesmo tempo em que aponta as condições sociais de origem, tende a reproduzi-las por meio de esquemas de percepção e de ação coerentes com a posição ocupada no espaço social. Dessa forma, o *habitus* torna-se um operador simbólico que transforma desigualdade em diferença e diferença em distinção (Catani *et al.*, 2024).

Nesse sentido, compreender o *habitus* como a interiorização das estruturas objetivas implica reconhecer que a classe social, em Bourdieu, não se define apenas por sua dimensão econômica, mas também por um conjunto de disposições e práticas homogêneas, compartilhadas por agentes submetidos a condicionantes semelhantes de existência (Bourdieu, 2007).

É nesse nível que se constrói a classe objetiva, entendida como o agrupamento de agentes que, inseridos em condições análogas de vida, engendram sistemas de disposições semelhantes e realizam estratégias convergentes, tanto no plano material quanto simbólico (Wacquant, 2014).

Posto isto, o *habitus* atua como o elo entre as estruturas sociais objetivas e as práticas e representações individuais. *Habitus* é descrito por Bourdieu como o princípio unificador e gerador das práticas, constituindo a forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que essa condição impõe aos agentes sociais (Berwanger, 2016). Dessa forma, o *habitus* atua em contextos denominados campos, os quais representam arenas estruturadas de competição e de dominação.

O conceito de campo, portanto, designa um espaço estruturado de forças e lutas, no qual agentes e instituições competem para ampliar a eficácia de capitais reconhecidos como válidos naquele universo específico. Cada campo, seja artístico, acadêmico, político, jurídico, dentre outros, possui capitais próprios, além de lógicas internas de funcionamento. Nas palavras de Bourdieu (2007, p. 97):

[...] *habitus* como forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe; portanto, construir a classe objetiva, como conjunto de agentes situados em condicionantes homogêneas de existência, impondo condicionantes homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, propriedades *objetivadas*, às vezes, garantidas juridicamente, por exemplo, a posse de bens ou poderes, ou incorporadas, tais como os *habitus* de classe e, em particular, os sistemas de esquemas classificatórios.

Ainda nesse sentido, como observa Wacquant (2014), o pressuposto da teoria aqui tecida evidencia que a reprodução das desigualdades sociais se dá pela adesão simbólica às estruturas de poder, que são internalizadas como naturais e legítimas.

Pierre Bourdieu (2007), ao conjugar a teoria dos capitais, a lógica dos campos e o conceito de *habitus*, oferece uma explicação integrada da reprodução das desigualdades.

O autor demonstra que as diferenças de gosto, de consumo e de apreciação estética não se constituem como preferências individuais, mas como manifestações objetivas das estruturas de poder sociais.

Portanto, o julgamento estético, longe de expressar autonomia subjetiva, traduz o lugar ocupado pelos agentes no espaço social e a internalização das hierarquias culturais que o estruturam. O poder simbólico, elemento essencial da teoria bourdieusiana, atua pela via do consentimento. É o poder que faz com que os dominados reconheçam como justas e inevitáveis as hierarquias que, na verdade, os mantêm em posições subordinadas (Bourdieu, 1989).

Trata-se de uma forma de dominação que se exerce de "maneira invisível", pois não opera pela coerção material, mas pela adesão simbólica às estruturas de poder, convertidas em disposições incorporadas e naturalizadas (Bourdieu, 2007, p. 156). Conceção esta que conduz à compreensão de que as desigualdades persistem pela legitimidade cultural das distinções, reproduzidas como se fossem produtos de mérito, gosto ou competência. A articulação entre *habitus*, capitais e campo constitui, assim, o núcleo da teoria bourdieusiana da reprodução social.

A cultura, o estilo de vida e o gosto são dimensões simbólicas que materializam as diferenças de posição no espaço social, tornando visível a dominação sob a aparência da escolha. O próprio autor observa que “a arte e o consumo artístico estão predispostos a desempenhar, independentemente de nossa vontade e de nosso saber, uma função social de legitimação das diferenças sociais” (Bourdieu, 2007, p. 14), evidenciando o poder simbólico da cultura como instrumento de demarcação entre classes. É nesse contexto interpretativo que se insere a análise de Berwanger (2016), cuja leitura contribui para explicitar a dinâmica relacional que estrutura o espaço social.

Ao tratar dos aspectos que definem as diferenças entre as classes sociais e entre as famílias e os indivíduos que as compõem, Bourdieu recusa explicações simplificadoras ou superficiais, tais como aquelas baseadas na renda ou patrimônio, ou no tipo de família, ou ainda no tipo de profissão do chefe de família. Para ele, as diferenças entre as classes não são nem simples, nem fixas e nem tampouco imutáveis, sendo tecidas continuamente por propriedades complexas, por meio de disputas permanentes entre indivíduos e grupos sociais, às vezes mais e às vezes menos intensamente, sendo tais lutas travadas de maneiras diretas ou indiretas, calculadas ou inconscientes, através de estratégias individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas, e que podem se dar tanto a partir de atitudes pessoais, pontuais e imediatas, quanto de movimentos coletivos, cobrindo até mesmo longos períodos de tempo, como é o caso dos pais que investem num determinado modelo de educação para os filhos, baseados em critérios do presente, de maneira a garantir-lhes uma melhor posição social no futuro.

[...] Considerando que cada classe atua no espaço social tomando a si própria em referência às demais, e tendo em vista que este é um movimento simultâneo entre elas, é possível afirmar, assim, que a estrutura das relações objetivas entre as classes sociais está em contínuo movimento, mediante o qual uma classe não altera sua própria posição sem alterar correlativamente as demais, e sem suscitar suas reações. Esta incessante movimentação é motivada pela busca constante por distinção social (Berwanger, 2016, p. 74-75).

Berwanger (2016) reforça o princípio relacional que sustenta o pensamento de Bourdieu: as classes não existem isoladamente, mas em relação recíproca e dinâmica. O espaço social é um sistema de posições interdependentes, e toda tentativa de ascensão ou reconversão simbólica provoca ajustes correlativos nas demais posições. Ou seja, a posição de uma classe depende das posições das demais, e toda tentativa de ascensão ou reconversão simbólica gera ajustes correlativos na estrutura global (Bourdieu, 2007).

De modo que a incessante movimentação, movida pela busca de distinção, é o que confere historicidade à dominação e explica a permanência estrutural das hierarquias. As estratégias de investimento cultural, educacional e simbólico funcionam como instrumentos de reprodução e deslocamento das fronteiras entre grupos (Catani *et al.*, 2024). Produzindo um movimento de diferenciação contínua que redefine, sem cessar, os critérios de legitimidade. Nessa lógica, o *habitus* tende, portanto, a reproduzir as condições de sua própria formação, promovendo uma mediação inconsciente às regras do campo e às posições herdadas (Bourdieu, 2007).

A dominação não se mantém pela força, mas pela incorporação das diferenças como naturais. A ordem simbólica é internalizada no corpo e na percepção; o *habitus* converte a necessidade em virtude, a privação em gosto e o privilégio em mérito (Bourdieu, 2007). No interior dessa estrutura, o gosto exerce função classificadora e hierarquizante. “O gosto classifica” e é classificado (Bourdieu, 2007, p. 13), sintetiza o autor, evidenciando que o julgamento estético, ao mesmo tempo em que distingue, legitima a distinção.

O *habitus* confere coerência às condutas e às preferências, garantindo a correspondência entre o modo de vida e a posição social. O chamado “gosto puro”, longe de ser atributo universal, é privilégio daqueles que podem manter distância das necessidades materiais, uma forma refinada de afirmação simbólica da superioridade social (Bourdieu, 2007, p. 449). Bourdieu demonstra, assim, que o gosto não é uma preferência, mas uma forma de poder; e que a estética, sob o disfarce da neutralidade, é a linguagem da dominação (Guimarães, 2018).

Em termos epistemológicos, o *habitus* expressa o princípio de historicidade do social. Ele garante a continuidade entre a gênese objetiva das estruturas e sua atualização nas práticas individuais, instaurando uma causalidade geradora e probabilística, na qual as ações reproduzem o mundo social ao mesmo tempo em que o transformam (Nauroski, 2023).

O campo, por sua vez, confere ao *habitus* um horizonte de inteligibilidade: cada disposição só tem eficácia relativa às leis de funcionamento do espaço em que atua. (Bourdieu, 2007). Conseqüentemente, a sociologia bourdieusiana redefine a própria noção de reprodução, concebendo-a não como simples repetição, mas como reatualização constante da estrutura pela prática, mediada por disposições socialmente constituídas (Nauroski, 2023).

Mediante o exposto, pode-se afirmar que as práticas e as posições dos indivíduos, ou das classes, no espaço social se diferenciam a partir da quantidade de capital possuído, da composição desse capital e da trajetória histórica que leva à formação de um *habitus*. Com base nessa interação entre condições culturais e materiais, desenvolvem-se as múltiplas “afinidades eletivas” entre os gostos, bem como a reprodução de homologias nas diversas relações de domínio cultural (Bourdieu, 2007, p. 225).

4.3. MÉTODO BOURDIEUSIANO E A REDEFINIÇÃO CONTEMPORÂNEA DE CLASSE

O método sociológico de Pierre Bourdieu assenta-se em uma epistemologia relacional e reflexiva que visa romper com as dicotomias clássicas entre objetivismo e subjetivismo, estrutura e agência, teoria e empiria (Wacquant, 2014). A perspectiva parte do princípio de que o social pode ser apreendido como um sistema de relações objetivas e simbólicas em permanente interação. De acordo com Laval (2021), a investigação bourdieusiana não busca identificar essências, mas mapear posições e disposições, compreendendo o modo como estas se produzem, se articulam e se reproduzem no espaço social.

À vista disso, a teoria bourdieusiana mostra que as posições sociais são construídas por combinações de capitais, estilos de vida e disposições que não se alteram automaticamente com o aumento do consumo. Portanto, pensar acerca de capital cultural, *habitus* e campos é indispensável para analisar mudanças sociais contemporâneas. Desse modo, conforme explícito na sessão anterior, Bourdieu recorre a um arsenal conceitual que articula capitais, *habitus* e campos em uma perspectiva relacional (Bourdieu, 1980). Em seu entendimento, a classe não pode ser definida por uma propriedade isolada nem por um conjunto fixo de atributos.

Além do mais, segundo Bourdieu (2007, p. 101), a classe social é definida pela estrutura de relações entre todas as propriedades pertinentes e não por uma cadeia causal baseada numa propriedade fundamental. De acordo com Berwanger (2016), a estrutura relacional confere valor específico a cada característica ao colocá-las em relação umas com as outras, o que exige analisar a composição de capitais e suas correlações com trajetórias sociais.

Como observam Pinto e Barbosa (2020), a noção de classe em Bourdieu deriva das posições ocupadas no espaço social, determinadas pela quantidade total de capital e pela proporção entre capitais econômico, cultural e social. Nessa abordagem, a proposta analítica de Bourdieu busca ultrapassar a separação tradicional entre explicações centradas exclusivamente nas estruturas sociais e interpretações pautadas apenas na experiência individual.

A investigação assume que práticas sociais somente podem ser compreendidas quando disposições interiorizadas, recursos acumulados e regras próprias de cada universo de ação são examinados em conjunto. A teoria organiza esses elementos em um modelo relacional que evidencia como agentes, posições e disputas se entrelaçam, produzindo regularidades, tensões e movimentos no interior do espaço social (Guimarães, 2018).

Conforme assinala Jung (2021), a principal clivagem situa-se entre aqueles com alto e baixo volume de capital; dentro desses grupos há subdivisões conforme a preponderância de capitais econômicos ou culturais. A concepção permite visualizar frações de classe com perfis distintos de recursos e estratégias. No mais, a classe deixa de ser uma entidade homogênea para tornar-se um feixe de relações dinâmicas, sujeito a disputas e reclassificações constantes. (Bourdieu, 2007).

Diferentemente da tradição marxista, centrada na propriedade dos meios de produção, e da tradição weberiana, fundada em oportunidades de mercado e prestígio. Bourdieu (2007) compreende as classes como posições no espaço social, definidas pela estrutura de distribuição dos capitais. A classe é um conjunto de agentes sociais posicionados de maneira próxima no espaço social em virtude da homologia entre os volumes e tipos de capital que possuem e de sua trajetória social (Bourdieu, 1980).

Posto isso, a abordagem bourdieusiana conserva uma relevância teórica incontestável para a compreensão das novas formas de estratificação e mobilidade social, sobretudo em sociedades contemporâneas marcadas por transformações profundas nas estruturas de consumo, nos padrões de distinção e nas formas de reconhecimento simbólico. Em contextos nos quais a aparente democratização do consumo coexiste com a persistência das desigualdades culturais (Bourdieu, 2007).

Dessa forma, o modelo proposto por Bourdieu permite interpretar as transformações contemporâneas da estrutura social sem reduzir a análise ao campo econômico, evidenciando a articulação complexa entre capital econômico, capital cultural e capital simbólico como eixos de produção e legitimação das hierarquias (Wacquant, 2014). Nessa perspectiva, a estrutura social é dinâmica, porém desigual, reproduzindo-se por meio da sua "neutralidade aparente" (Bourdieu, 2007, p. 363).

A estrutura de classes, por meio desse prisma, é como uma rede relacional de posições interdependentes, reproduzida simultaneamente pelas diferenças materiais e pela naturalização das formas simbólicas de capital (Ross, 2021). Cujas reproduções se dá pelas desigualdades econômicas, pela consagração e pela naturalização dos capitais simbólicos. A legitimação desses capitais, seja o prestígio intelectual, a autoridade cultural ou o reconhecimento institucional, sustenta a hierarquia social, ao converter privilégios materiais e culturais em mérito reconhecido (Bourdieu, 2007).

Assim, o método bourdieusiano distingue-se por sua combinação singular entre análise estatística, investigação etnográfica e reflexão teórica crítica, articulando rigor empírico e profundidade epistemológica (Wacquant, 2014). Além do mais, o reconhecimento cultural das distinções atua como mecanismo de legitimação das desigualdades, sustentando a hierarquia social por meio do disfarce da competência e do mérito. Nesse pressuposto, o poder simbólico converte a dominação em consenso, ao transformar o arbitrário histórico em ordem legítima (Bourdieu, 1980).

Bourdieu (2007), além de redefinir o conceito de classe social, também reatualiza a própria vocação da sociologia: apontar os mecanismos invisíveis da dominação, desnaturalizando as desigualdades e dando visibilidade às formas simbólicas de desigualdade e às estruturas de poder que se ocultam na vida contemporânea.

Nessa perspectiva, o poder social não se exerce apenas por meios econômicos ou coercitivos, mas, sobretudo, pela imposição de categorias de percepção e classificação que naturalizam as hierarquias e asseguram sua legitimidade. As fronteiras de classe, portanto, são móveis e continuamente negociadas, sendo permanentemente reconfiguradas pelas lutas simbólicas entre agentes e grupos (Bourdieu, 1980). É nesse processo que se definem a visibilidade, o prestígio e a legitimidade das posições no espaço social, fazendo do poder de nomear e classificar um instrumento central de dominação e reprodução da ordem social.

Efetivamente, a redefinição contemporânea do conceito de classe social deriva diretamente dessa abordagem metodológica.

O pertencimento de classe, longe de se restringir à posição econômica, assume natureza estrutural e simbólica, articulando condições objetivas de existência e formas de reconhecimento social. Como observa Wacquant (2014), a posição de um agente no espaço social resulta da interação entre recursos materiais e esquemas de percepção legitimados, de modo que a hierarquia social se perpetua não apenas pela desigualdade dos meios de produção, mas pela legitimação cultural das diferenças que convertem o ajuste às estruturas em mérito e a dominação em consenso.

A partir dessa lógica, conforme Laval (2021) acrescenta, a teoria bourdieusiana recria a idealização de classe para além das fronteiras do economicismo e do estruturalismo tradicionais. A proposta desloca o foco para mecanismos de classificação que organizam percepções, definem pertencimentos e sustentam posições diferenciadas no espaço social.

O movimento teórico evidencia que desigualdades não se expressam apenas por rendas, propriedades e/ou ocupações, mas também por formas de incorporação cultural, repertórios de distinção cotidiana, modos de avaliação e práticas que consolidam relevâncias reconhecidas coletivamente. A classe, nesses termos, adquire caráter dinâmico, constituído por interações entre trajetórias, disposições e recursos legitimados, permitindo uma leitura mais precisa dos processos que moldam hierarquias nas sociedades complexas (Ross, 2021).

A dinâmica interna do espaço social depende da circulação desses critérios de reconhecimento, que orientam práticas e delimitam fronteiras entre grupos. Com esse enquadramento, torna-se possível articular a leitura de Guimarães (2018), ao mostrar que a estratificação atual incorpora marcadores culturais e disposicionais que estruturam pertencimentos e reforçam hierarquias consolidadas no cotidiano.

O autor demonstra que a estratificação contemporânea incorpora marcadores que ultrapassam parâmetros econômicos imediatos, integrando estilos de vida, modos de consumo, repertórios culturais e disposições incorporadas que operam como sinais de pertencimento. A análise relacional permite identificar como distinções aparentemente cotidianas funcionam como instrumentos de ordenação social, uma vez que grupos com diferentes volumes e composições de capital constroem fronteiras de reconhecimento e estabelecem critérios próprios de valorização. Enquadramento que evidencia que desigualdades atuais se manifestam por meio de práticas culturalmente legitimadas, cuja eficácia resulta da naturalização de diferenças convertidas em hierarquias socialmente estáveis (Guimarães, 2018).

Fundamentada no exposto, a teoria bourdieusiana permite esmiuçar as transformações contemporâneas da estratificação social sem dissociá-las das condições estruturais da dominação.

A perspectiva incorpora os dispositivos simbólicos, culturais e institucionais que asseguram a continuidade das hierarquias, ainda que por formas historicamente renovadas e socialmente legitimadas. A estrutura social patenteia-se, assim, como uma ordem simultaneamente objetiva e simbólica, cuja persistência decorre da legitimação cultural das hierarquias, sustentada pelo reconhecimento social convertido em mérito e distinção.

5. KARL MARX, MAX WEBER E PIERRE BOURDIEU: A CLASSE SOCIAL EM PERSPECTIVA COMPARADA

Retomando a reconstrução teórica dos autores feita até aqui, parte-se então a uma análise comparada das concepções de classe social em Karl Marx, Max Weber e Pierre Bourdieu, que permite evidenciar o desenvolvimento histórico e teórico das formas de compreensão das desigualdades sociais nas sociedades capitalistas. Dessa forma, evidencia como cada autor, inserido em contextos distintos de consolidação do pensamento sociológico, elaborou instrumentos conceituais próprios para interpretar a estrutura social e suas formas de reprodução.

5.1. ARTICULAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE CLASSE SOCIAL

Karl Marx parte de uma concepção estrutural e conflitiva da sociedade, compreendendo as classes como grupos antagônicos definidos pela posição nas relações de produção. A luta de classes constitui, em sua perspectiva, o motor da história, sendo a classe proletária, enquanto portadora de interesses universais, a força potencialmente revolucionária. Como destacam Marx e Engels: “A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história da luta de classes” (Marx; Engels, 2008, p. 45). Nesse viés, o conceito de classe social para Marx se forma a partir de três aspectos: o filosófico, o econômico e o histórico, ou seja, uma abordagem estrutural-funcional e dinâmica.

Max Weber, por sua vez, recusa o reducionismo econômico, elaborando uma concepção multidimensional da estratificação, que distingue classe (posição no mercado), estamento (honra social) e partido (influência política). Para Weber, o pertencimento de classe não gera, necessariamente, identidade coletiva ou ação política: as classes não formam grupos sociais; no entanto, podem tornar-se a base de tal formação (Weber, 1994).

Ainda segundo Weber (1982), a sociedade é uma totalidade constituída de uma multiplicidade de interações sociais. O sociólogo seleciona aspectos da ação humana que considera culturalmente relevantes para o estudo e o faz buscando a neutralidade axiológica, moldando uma construção teórica abstrata baseada nos tipos ideais.

Já Pierre Bourdieu (2007) define classe social como sendo um conjunto de agentes que ocupam posições semelhantes e que, situados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos análogos, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses similares, logo, práticas e tomadas de posições parecidas.

Bourdieu propõe uma superação da oposição entre agência e estrutura ao desenvolver uma sociologia relacional, centrada na articulação entre *habitus*, capitais e campos. As classes, em sua abordagem, não são apenas posições econômicas, nem tampouco agrupamentos formais, mas estruturas objetivas de disposições e práticas sociais diferenciadas, internalizadas e reproduzidas. Como sintetiza o autor: “A classe é definida pela posição ocupada no espaço social, que depende do volume e da estrutura do capital detido, mas também pela trajetória social e pelas disposições (*habitus*) que orientam as práticas” (Bourdieu, 2007, p. 114).

De maneira resumida, em Marx a classe constitui o eixo estruturante do conflito histórico, enraizado nas relações de produção e na apropriação dos meios materiais de existência. Para Weber, a estratificação adquire caráter plural e relacional, abrangendo dimensões econômicas, sociais e simbólicas da distribuição de poder. Já para Bourdieu, a análise desloca-se para a articulação entre capitais, campos e *habitus*, enfatizando os mecanismos simbólicos de legitimação que asseguram a reprodução das hierarquias.

À vista disso, o entendimento comparado possibilita atinar a evolução do conceito de classe social como uma trajetória que vai do econômico ao simbólico, do estrutural ao relacional e do conflito material à dominação cultural. Assim sendo, mais do que contrastar teorias, a apuração conjunta de suas contribuições possibilita delinear um campo de reflexão acerca das formas de poder, das lógicas de distinção e dos processos de legitimação que moldam a análise contemporânea da desigualdade.

Há, portanto, articulações importantes entre os autores. Segundo Silva (2024), todos reconhecem que as desigualdades sociais se estruturam em torno de relações assimétricas de poder, embora diverjam quanto às formas pelas quais essas desigualdades se manifestam e se reproduzem. As apreensões conceituais dizem respeito, de preferência, à centralidade do fator econômico (Marx), à distinção entre ordens de estratificação (Weber) e à ênfase na reprodução simbólica das diferenças sociais (Bourdieu). A análise conjunta evidencia que as distinções entre os autores se concentram na ênfase dada aos mecanismos que sustentam a hierarquização social. Materialidade econômica, ordenação institucional e produção simbólica operam de modo interdependente, garantindo continuidade às desigualdades e definindo posições que se reproduzem no interior do espaço social.

5.1.1. Estrutura Social e Formação das Classes

Para Marx (2011), a estrutura social define-se pela localização objetiva nas relações de produção: proprietários dos meios de produção e trabalhadores assalariados, com frações intermediárias.

A classe constitui-se como relação de exploração e adquire consistência histórica quando passa de condição objetiva a sujeito coletivo organizado.

Para Max Weber, o conceito de classe não se restringe à esfera da produção, mas remete a situações típicas de mercado que condicionam as oportunidades de vida dos indivíduos. Conforme menciona Ringer (2004), a estratificação social, na perspectiva de Weber, é multidimensional e articula três ordens distintas: classe, associada às posições econômicas; estamento, ligado à honra social e ao estilo de vida; e partido, referente à organização política e à busca de poder institucional.

A diferenciação evidencia que o pertencimento de classe não implica, necessariamente, identidade coletiva ou consciência política, uma vez que as classes, em Weber, configuram-se como agregados de posições similares, e não como sujeitos históricos unificados (Weber, 2004b). Conforme esclarece Sell (2016), o autor rejeita qualquer interpretação economicista da hierarquia social, defendendo uma abordagem que reconhece a interdependência entre os fatores econômicos, simbólicos e políticos na distribuição do poder.

Pierre Bourdieu reinterpreta o conceito de classe a partir de uma sociologia relacional. Para o autor, as posições no espaço social resultam do volume e da composição dos diferentes tipos de capital que os agentes possuem e mobilizam (Bourdieu, 2007). O *habitus*, entendido como sistema de disposições incorporadas, orienta as práticas e percepções, produzindo correspondências entre origem social, trajetória e posição atual.

Dessa articulação emerge uma hierarquia complexa, na qual o espaço social é estruturado por homologias entre posições objetivas e estilos de vida, o que explica a persistência das distinções mesmo em contextos de aparente mobilidade. Como destaca Wacquant (2014), o modelo bourdieusiano permite compreender como as desigualdades se reproduzem de modo simbólico, pela legitimação cultural e pela naturalização das diferenças sociais.

Portanto, as concepções de Marx, Weber e Bourdieu convergem na compreensão da estrutura social como uma ordenação hierárquica de posições interdependentes, ainda que diverjam quanto aos fundamentos que a sustentam.

Em Marx, a hierarquia deriva das relações de produção, nas quais a apropriação dos meios materiais estabelece a exploração como princípio estruturante. Em Weber, a diferenciação social resulta da combinação entre posições econômicas, prestígio social e poder político, expressando a multiplicidade de ordens que compõem a estratificação. Em Bourdieu, a hierarquia decorre da distribuição desigual dos capitais e das disposições incorporadas que orientam práticas e percepções. Dessa forma, identificam-se três eixos analíticos: o econômico-estrutural em Marx, o relacional-institucional em Weber e o simbólico-cultural em Bourdieu. A articulação desses eixos permite apreender a formação das classes como processo complexo e dinâmico, em que distintas formas de poder concorrem para a reprodução das desigualdades sociais.

5.1.2. Atualidade e Relevância

Apesar das transformações socioeconômicas das últimas décadas, o conceito de classe social mantém-se central nos debates contemporâneos. Estudos sobre renda, riqueza, acesso à educação, saúde e poder político invariavelmente encontram divisões estruturadas, ainda que reconfiguradas, que podem ser interpretadas em termos de classes ou frações de classe. Como salienta Guimarães (2018), as mudanças da modernidade tardia não eliminaram as clivagens de classe, apenas as tornaram mais complexas: hoje se fala em precarização do trabalho, uberização da economia, financeirização e novas desigualdades educacionais, mas esses fenômenos reproduzem, em essência, lógicas de dominação e assimetria de poder já identificadas pelos clássicos, ainda que em novos formatos.

O autor Jung (2021) argumenta que o aumento do poder de consumo, por si só, não equivale a uma efetiva ascensão de classe, especialmente quando persiste a precariedade nas condições de trabalho, a instabilidade nas trajetórias ocupacionais e a baixa dotação de capital cultural. Nesses críticos, nota-se influência das abordagens clássicas: recorre-se implicitamente a Marx ao destacar a fragilidade estrutural desses trabalhadores no processo produtivo (Marx; Engels, 2008) e a Bourdieu (2007) ao enfatizar que falta a eles o capital cultural e social necessário para consolidar um status de classe média tradicional.

Como afirma Laval (2021), a estrutura de classes no Brasil continua marcada por desigualdades, em que o consumo momentâneo não transforma a posição estrutural dos sujeitos, que continuam desprovidos dos capitais necessários à reprodução ampliada.

Ou seja, a melhoria imediata no consumo não alteraria a condição de classe desses agentes, já que eles permaneceriam vulneráveis e sem o poder de reprodução social típico das classes médias estabelecidas. A discussão dá substância à premência de critérios mais complexos para definir classes, corroborando a pertinência das perspectivas de Weber e Bourdieu na análise contemporânea: renda isoladamente é insuficiente para delinear pertencimento de classe, sendo imprescindível examinar também *status* social e capitais não econômicos (Guimarães, 2018). [A propósito, a contribuição de Pierre Bourdieu mostra-se especialmente atual ao evidenciar que a classe não é apenas uma posição econômica, mas envolve um estilo de vida, um conjunto de disposições e de práticas que funcionam como mecanismos de distinção e reprodução da desigualdade. Conceitos bourdieusianos como capital cultural e capital social vêm sendo largamente utilizados por pesquisadores para compreender novas clivagens e persistências (Silva, 2024).

No debate sobre a nova classe média brasileira, por exemplo, Souza (2013) inspirou-se em Bourdieu para argumentar que muitos dos que ascenderam ao consumo careciam dos *habitus* e capitais próprios do pertencimento à classe média tradicional, tratando-se antes de uma nova classe trabalhadora em termos de condições de vida e vulnerabilidade.

Assim, Bourdieu produziu ferramentas para analisar fenômenos contemporâneos como a naturalização das desigualdades educacionais ou a distinção por estilos de consumo, mostrando que a dominação simbólica continua a sustentar hierarquias mesmo quando diminuem algumas distâncias materiais. A atualidade de Bourdieu consiste em capturar dimensões intangíveis da estratificação, aquelas que passam pelas percepções de valor cultural e pelo reconhecimento social, marcadas pela influência da mídia, da educação de massa e de padrões globalizados de gosto (Guimarães, 2018).

Max Weber também permanece relevante para os debates contemporâneos pela flexibilidade e pluralidade de seu modelo de estratificação. A distinção entre classe, *status* e partido permite uma análise que integra fatores econômicos, sociais e políticos na compreensão das desigualdades. Em sociedades atuais, caracteriza-se, por exemplo, o surgimento de elites tecnocráticas cuja legitimidade deriva tanto de capital econômico quanto de credenciais educacionais e prestígio técnico, um fenômeno que combina elementos de e de *status* (honra e estilo de vida associados à expertise) (Quiroga; Paolucci, 2020).

A estrutura de classes contemporânea envolve categorias ocupacionais novas (trabalhadores do setor de tecnologia, prestadores de serviço informais, etc.) que não se encaixam perfeitamente nas dicotomias tradicionais, mas o esquema weberiano de estratificação permite analisá-las por meio de múltiplos eixos.

Além disso, a tipologia de dominação de Weber ajuda a entender processos políticos atuais, como o apelo de líderes carismáticos de massa ou a burocratização crescente de instituições globais, fenômenos que interagem com clivagens de classe (Tineu, 2017).

Dessa maneira, a perspectiva weberiana oferece uma leitura plural e diferenciada das formas de hierarquização social, evitando explicações unidimensionais e atendendo à complexidade dos contextos atuais. Como a crescente desigualdade global envolve tanto a concentração de renda (classe) quanto novas clivagens identitárias e de estilo de vida (*status*), além de se expressar em disputas pelo poder político em nível local e internacional (partido). (Quiroga; Paolucci, 2020).

Marx continua sendo uma referência fundamental na crítica das estruturas de exploração e na interpretação das tendências do capitalismo contemporâneo. As suas categorias ajudam a compreender fenômenos como a precarização do trabalho, a financeirização da economia global e a manutenção da lógica geral de acumulação de capital em escala planetária.

O autor provê um arcabouço fundamental para explorar as desigualdades estruturais constantes: a concentração de riqueza nas mãos de poucos, a alienação no trabalho e os ciclos de crise e expansão que marcam o desenvolvimento capitalista contemporâneo são inteligíveis nas categorias marxianas adaptadas às novas circunstâncias. De modo que, em consonância com Lemos (2012), a ênfase na relação entre estrutura econômica e poder político também ilumina debates atuais acerca da influência do capital nas democracias e sobre o neoimperialismo econômico em escala global.

Haja vista, o conceito de classe social aporta elementos fundamentais a essa análise. Marx lega a crítica radical da exploração e a visão do conflito estrutural como cerne das desigualdades, algo que ressoa nos estudos atuais sobre trabalho e capitalismo global (Souza, 2007). Weber contribui com uma abordagem multidimensional e flexível, adequada para dissecar a complexidade das hierarquias contemporâneas, onde fatores econômicos, culturais e políticos se entrelaçam. Bourdieu oferece material para desvendar as sutilezas da dominação simbólica e da reprodução de privilégios, iluminando aspectos menos visíveis das diferenças de classe no mundo atual (Silva, 2024).

5.1.3. Poder, Dominação e Legitimação

A noção de poder, em Karl Marx, funda-se na estrutura econômica e manifesta-se por meio da dominação de classe. O poder político e jurídico deriva das relações materiais de produção e serve para preservar a apropriação privada dos meios de produção.

O Estado, nesse sentido, representa a forma institucional pela qual a classe dominante assegura a continuidade de seus interesses. Para Marx (2011), as ideias dominantes em cada época são as ideias da classe dominante, o que significa que o poder material encontra correspondência ideológica, legitimando a desigualdade. A dominação, portanto, assume caráter estrutural, sustentada pela exploração do trabalho e pela alienação que dissocia o produtor de seu produto, convertendo a força de trabalho em mercadoria (Marx; Engels, 2008).

Para Max Weber, a dominação é compreendida a partir da ação social e das formas de legitimação que conferem estabilidade ao poder. O autor distingue três tipos ideais de dominação legítima: a tradicional, fundamentada nos costumes e na herança histórica; a carismática, ancorada na devoção pessoal e na excepcionalidade do líder; e a legal-racional, sustentada pela crença na validade das normas e na autoridade impessoal das instituições (Weber, 1994). Esse último tipo, característico das sociedades modernas, institui a burocracia como forma de organização racional do poder, baseada na competência técnica, na hierarquia funcional e na impessoalidade das decisões. A racionalização do poder, ao mesmo tempo em que assegura previsibilidade e eficiência, gera a submissão do indivíduo à lógica instrumental, restringindo sua autonomia (Weber, 2022).

Pierre Bourdieu (2007) amplia o conceito de dominação ao introduzir a dimensão simbólica como mecanismo de reprodução social. Para o autor, a dominação não se impõe apenas por coerção material, mas pela naturalização das hierarquias, operada através dos sistemas simbólicos de reconhecimento e distinção.

O poder simbólico atua de forma invisível, legitimando as posições sociais pela internalização das estruturas objetivas nas disposições subjetivas dos agentes. A escola, a cultura e a linguagem tornam-se instrumentos privilegiados dessa legitimação, convertendo desigualdades materiais em diferenças culturalmente valorizadas (Bourdieu, 2007). Conforme observa Wacquant (2014), o poder simbólico consiste na capacidade de impor significações e fazê-las reconhecer como legítimas, transformando relações de dominação em relações de consenso.

Em perspectiva comparada, as três formulações apresentam níveis complementares de análise. Marx explica o poder pela estrutura material e pelo conflito entre classes antagônicas; Weber, pela legitimidade das ordens e pela racionalização das instituições; Bourdieu, pela interiorização dos mecanismos simbólicos que asseguram a persistência das hierarquias. Assim, o poder aparece, simultaneamente, como relação de força, como ordem normativa e como construção simbólica.

De forma que a tríplice leitura evidencia que a dominação, nas sociedades contemporâneas, ultrapassa a exploração econômica e adquire dimensões políticas, culturais e cognitivas, cuja legitimação decorre da naturalização das desigualdades.

5.2. FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS

A inteligibilidade do conceito de classe social repousa, em cada autor, sobre uma aposta epistemológica e um método de investigação próprio, que condiciona tanto o recorte ontológico do objeto quanto a forma de construção de evidências (Tineu, 2017). Para Marx, o ponto de partida encontra-se no materialismo histórico-dialético, cuja tese central enuncia que o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral (Marx, 2008).

Assim, a realidade social é tomada como totalidade dinâmica, na qual estruturas econômicas e formas políticas e ideológicas se articulam por mediações historicamente determinadas (Maluf *et al.*, 2024). Dessa forma, o procedimento analítico combina abstração e retorno ao concreto: parte de categorias de alta generalidade para, na sequência, reconstituir a unidade do múltiplo em conjunturas específicas, como se observa em O 18 de Brumário de Luís Bonaparte (Marx, 2011).

Nesse contexto, classe é relação social objetiva ancorada na posição nas relações de produção e na apropriação do excedente; a conversão de classe em si em classe para si depende de processos de organização e de consciência referidos à estrutura econômica, articulados a conjunturas políticas determinadas. A causalidade opera por tendências e contradições de longa duração, com incidência de eventos e decisões políticas enquanto momentos de uma necessidade histórica situada (Lemos, 2012).

Já segundo Weber, a construção do objeto desloca-se para a lógica da ação dotada de sentido. O fundamento epistemológico é o individualismo metodológico, pelo qual a sociologia compreensiva pretende entender a ação social interpretativamente e explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos. A construção do objeto utiliza tipos ideais como instrumentos heurísticos que acentuam traços relevantes do real, possibilitando comparação e imputação causal. A estratificação assume feição plural: classe designa oportunidades de mercado e chances de vida, estamento remete à honra e a estilos de vida, partido refere disputas organizadas por poder institucional (Weber, 1994).

A passagem de posições econômicas similares à ação coletiva depende de condições culturais, organizacionais e políticas identificáveis empiricamente. A interpretação weberiana evita monocausalidade, trabalha com adequação de sentido e probabilidade, admite coexistência de ordens parcialmente autônomas e recorre a explicações multivariadas que combinam economia, cultura e dominação legítima, conforme Sell (2016).

Em Bourdieu, uma epistemologia relacional integra objetivismo e fenomenologia social por meio de campo, capitais e *habitus* (Wacquant, 2014). O espaço social é um sistema de posições definido pelo volume e pela composição dos capitais econômico, cultural, social e simbólico, bem como pelas trajetórias que vinculam origem, escolarização e destinos (Bourdieu, 2007).

O método combina estatística multivariada para mapear distâncias objetivas, investigação qualitativa para apreender disposições incorporadas e reflexão crítica sobre as categorias de classificação, dado que o próprio ato científico participa de lutas simbólicas (Girardi Jr., 2017).

A causalidade opera em chave de geração de práticas: estruturas distribuem capitais; capitais moldam disposições; disposições orientam escolhas por constrangimentos de campo; escolhas, por sua vez, tendem a reproduzir posições, salvo quando eclodem desajustes biográficos ou mudanças na hierarquia dos capitais (Silva et al., 2023).

Resulta dessa comparação que diferenças conceituais sobre classe derivam diretamente de escolhas epistemológicas e de desenho metodológico: onde um enfoque enfatiza contradições estruturais e processos de acumulação, outro privilegia sentidos e probabilidades de ação, enquanto o terceiro evidencia mecanismos de reprodução simbólica e conversão de capitais. A investigação contemporânea, ao dialogar com esses referenciais, encontra um repertório que permite articular economia política, ordens de prestígio e dispositivos culturais de legitimação (Quiroga; Paolucci, 2020).

5.2.1. Comparação Metodológica entre Materialismo Histórico, Individualismo Metodológico e Sociologia Relacional

A divergência entre os três autores não se limita ao plano conceitual, mas se adentra no nível epistemológico e metodológico. Cada autor elabora um modelo teórico próprio, a partir de premissas ontológicas distintas acerca da realidade social. O materialismo histórico marxista parte da ideia de que as condições materiais da existência humana são a base explicativa das formas sociais (Sel, 2016).

O método dialético visa apreender as contradições imanentes ao modo de produção capitalista, entendendo a história como processo de transformação guiado pelo conflito entre classes. Como Marx (2008) propõe, o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral.

O individualismo metodológico weberiano embasa-se na noção de ação social, concebida como conduta dotada de sentido subjetivo. O método compreensivo tem como finalidade captar os significados atribuídos pelos indivíduos às suas ações, e os tipos ideais funcionam como construções heurísticas para a análise das regularidades sociais. Para Weber (1994), a sociologia compreensiva pretende entender a ação social interpretativamente e explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos (Wacquant, 2014).

Pochmann (2015) aduz que a sociologia relacional de Bourdieu, por sua vez, procura articular objetivismo e subjetivismo por meio da relação entre estruturas sociais (campos e capitais) e disposições incorporadas. O método bourdieusiano integra levantamento empírico quantitativo, análise qualitativa e crítica das estruturas simbólicas de dominação (Weininger, 2005). Em própria definição de Bourdieu: “O habitus é o princípio gerador das práticas, mas é também produto das condições sociais. Compreender uma prática é apreender a lógica do campo e as disposições do agente” (Bourdieu, 2009, p. 103).

Cada abordagem metodológica oferece instrumentos analíticos específicos e lança luz sobre facetas distintas das classes sociais. A força do pensamento marxiano está em sua crítica estrutural do sistema capitalista e na compreensão das classes como agentes históricos de transformação (Dias, 2013).

Nesse sentido, Weber, por seu turno, legou um modelo refinado de estratificação plural, que permite analisar as hierarquias sociais com flexibilidade e atenção às esferas da vida social que extrapolam o econômico. Bourdieu expandiu a análise para o plano simbólico e relacional, aproximando teoria e empiria na investigação das práticas e revelando mecanismos sutis de reprodução da dominação (Silva et al., 2023).

Resumidamente, Marx oferece análise para entender as raízes econômicas da dominação e do conflito; Weber, para compreender a complexidade das formas de poder e *status* que permeiam a ação social; e Bourdieu, para avistar as dimensões culturais e simbólicas através das quais as classes se distinguem e perpetuam suas posições. As abordagens, apesar de irreduzíveis umas às outras, podem ser vistas como complementares, oferecendo um repertório teórico-metodológico distinto para o estudo das classes sociais.

5.3. CLASSE SOCIAL NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

O conceito de classe social, apesar das transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, mantém sua centralidade nos debates das Ciências Sociais (Dias, 2013). A discussão em torno dessa categoria envolve a análise das condições objetivas de existência, das posições ocupadas pelos indivíduos no espaço social e das representações simbólicas que orientam suas práticas e percepções. Nesse sentido, a noção de classe social não se limita a um critério econômico, mas abrange um conjunto de relações de poder, distinção e reconhecimento que estruturam a vida social.

Isto posto, é pertinente retomar a crítica de Pierre Bourdieu à tradição positivista que procurou converter a sociologia em uma espécie de física social. Bourdieu argumenta que tratar o estudo das classes como mensuração das distribuições de capital econômico, cultural ou social equivale a desconsiderar a dimensão simbólica e as práticas concretas que estruturam a vida social. Para Bourdieu, a ciência social, ao contrário das ciências naturais, deve integrar ao conhecimento especializado das estruturas objetivas o saber prático que os próprios agentes desenvolvem a partir de sua experiência no mundo social, compreendendo que o espaço social é continuamente produzido e transformado pelas percepções, representações e estratégias desses agentes.

Diferentemente de uma física social, a ciência social não pode reduzir-se a um registro das distribuições (em geral contínuas) de indicadores materiais das diferentes espécies de capital. Sem identificar-se jamais com um “relatório de relatórios”, ela deve integrar no conhecimento (especializado) do objeto o conhecimento (prático) que os agentes (os objetos) têm do objeto. Em outros termos, ela deve incorporar ao conhecimento (especializado) da raridade e da concorrência pelos bens raros o conhecimento prático que os agentes adquirem dessa competição ao produzir divisões individuais ou coletivas que são tão objetivas quanto as distribuições estabelecidas pelos balanços contábeis da física social (Bourdieu, 2013, p. 107).

A trajetória das ciências sociais, desde sua formação, consolidou-se nesse campo de tensão entre estrutura e agência, materialidade e sentido, objetividade e experiência (Menezes, 2022). Nesse horizonte analítico, o conceito de classe social mantém-se como categoria teórica essencial para a compreensão das permanências e das transformações nas relações sociais, possibilitando examinar os mecanismos pelos quais as desigualdades são produzidas, legitimadas e reproduzidas nos diversos âmbitos da vida social. Ao contrário do que anunciavam certas vertentes do pensamento pós-moderno, que defenderam a obsolescência da categoria, os dados empíricos sobre desigualdade, mobilidade social e acesso a bens culturais e políticos confirmam sua permanência como ferramenta analítica relevante. A esse respeito:

As Ciências Sociais desde o seu surgimento em meados do século XIX é marcada por um embate entre teorias centradas na estrutura e teorias centradas na ação. Historicamente verificamos no que tange as ciências sociais que o embate supra, apresenta-se marcante nos trabalhos científicos dos clássicos. Embora não possamos definir tão linearmente os autores em proposições centradas na estrutura e proposições centradas na ação, é evidente a predominância de um autor em um ou em outro enfoque. No caso dos autores clássicos, com a devida ressalva já exposta, salientamos que Weber estaria apoiado numa teoria da ação enquanto Marx estaria apoiado numa teoria da estrutura, embora diferenciadas entre si. (Leme, 2006, p. 10).

As Ciências Sociais, desde sua formação no século XIX, desenvolveram-se em meio a um debate epistemológico entre as correntes que privilegiam a estrutura e aquelas que elegem a ação como categoria analítica fundamental. Nesse sentido, o antagonismo teórico, perceptível desde os fundadores da disciplina, expressa disputas acerca do lugar da determinação social e do estatuto do sujeito na constituição da realidade. Conforme sustenta Leme (2006), ainda que a classificação rígida dos clássicos em polos antagônicos seja imprópria, é possível reconhecer a predominância de orientações distintas que delinearão o campo problemático da teoria social moderna, no qual o desafio consiste em articular as dimensões objetivas da estrutura com as subjetivas da ação, de modo a compreender a gênese e a reprodução das desigualdades e dos mecanismos de dominação.

Nessa perspectiva, as formulações teóricas posteriores procuraram superar a dicotomia entre estrutura e ação, integrando-as em modelos analíticos capazes de apreender a complexidade das relações sociais. De modo que a contribuição de Bourdieu mantém acentuada pertinência contemporânea, pois demonstra que a classe não é unicamente uma posição econômica, não obstante, envolve práticas, estilos de vida e *habitus*, que operam como mecanismos de distinção e reprodução da desigualdade. Weber também permanece relevante ao propor uma concepção plural de estratificação, articulando classe, estamento e partido como esferas complementares da diferenciação social (Silva et al., 2023). A abordagem amplia o entendimento da hierarquização ao considerar o poder, o prestígio e o reconhecimento como dimensões constitutivas da ordem social.

Nesse viés, a manutenção das hierarquias decorre de mecanismos de distinção e de violência simbólica que naturalizam vantagens herdadas, com a escola e outras instâncias culturais operando a transmutação e a consagração de credenciais, competências e gostos (Antunes, 2018). O enquadramento explica a persistência das desigualdades por meio de expansão escolar e diversificação ocupacional, bem como a segmentação de estilos de vida que estabiliza fronteiras entre frações de classe (Bourdieu, 2007).

Marx conserva estatuto de referência maior na crítica das formas contemporâneas de exploração, com ênfase na precarização do trabalho, na financeirização da economia e na primazia do capital nas dinâmicas sistêmicas globais (Maluf *et al.*, 2024). Em linha convergente, Antunes (2018) sustenta que o capitalismo moderno, embora reconfigure dispositivos e técnicas de extração de valor, preserva a arquitetura fundamental da dominação de classe delineada por Marx, com continuidade estrutural de seus mecanismos de subordinação e acumulação.

Levando isso em conta, longe de obsoleta, a categoria de classe social continua a oferecer instrumentos teóricos para compreender a complexidade das desigualdades contemporâneas (Leme, 2006). A discussão entre estrutura e agência, entre economia, política e cultura, entre objetividade e subjetividade, encontra diferentes expressões nesses três autores, que dão contribuições distintas e indispensáveis à teoria social crítica.

5.3.1. Desigualdade, Mobilidade e Dominação Simbólica Contemporânea

Diante das transformações sociais dos séculos XX e XXI, globalização econômica, avanços tecnológicos, expansão educacional, novas formas de trabalho e de comunicação, coloca-se a questão: o conceito de classe social ainda é útil e pertinente nas ciências sociais contemporâneas?

A resposta, considerando as formulações teóricas comparadas de Marx, Weber e Bourdieu, é afirmativa, ainda que demande ressalvas e revisões interpretativas. Marx permanece central na explicação das estruturas econômicas e das relações de dominação derivadas da propriedade dos meios de produção. Contudo, a sociedade contemporânea apresenta dinâmicas que extrapolam o campo econômico, exigindo a incorporação de variáveis culturais, simbólicas e institucionais (Antunes, 2018).

Na verdade, argumentos contemporâneos reforçam a atualidade das construções desses autores, ainda que em contextos diferentes daqueles de suas épocas. Weber contribui ao evidenciar que a estratificação social se apoia em múltiplos critérios de diferenciação, como status, prestígio e poder, que não derivam unicamente da posição econômica (Dias, 2013).

Bourdieu aprofunda essa compreensão ao introduzir a teoria dos capitais econômico, cultural, social e simbólico e o conceito de *habitus*, que explicam a reprodução das hierarquias de maneira complexa e difusa.

A convergência dessas perspectivas indica que, embora a teoria marxiana ainda ofereça um eixo estruturante para a análise da desigualdade, o estudo das classes contemporâneas exige categorias mais abrangentes, capazes de apreender a multiplicidade de mecanismos que sustentam as formas atuais de dominação e distinção social (Silva *et al.*, 2023).

Além disso, em termos de desigualdade socioeconômica, a divisão de classes permanece acentuada no mundo contemporâneo. A concentração de renda e riqueza atingiu níveis até mesmo superiores aos da era de Marx em algumas sociedades, com uma elite global de bilionários acumulando capital em escala sem precedentes, enquanto grandes contingentes populacionais enfrentam pobreza e/ou instabilidade econômica (Maluf *et al.*, 2024).

A lei geral da acumulação capitalista, desenvolvida em *O Capital*, constitui um dos pontos mais incisivos da crítica marxiana à economia política. Marx demonstra que, à medida que o capital social se expande e as forças produtivas se desenvolvem, cresce o exército industrial de reserva, ou seja, a sobrepopulação relativa de trabalhadores sem emprego ou subempregados (Aquino, 2008). Ao empregar a legislação do valor e a composição orgânica do capital, Marx mostra que a produtividade crescente permite mover quantidades sempre maiores de meios de produção com uma quantidade decrescente de trabalho humano.

Entretanto, essa redução do trabalho necessário não se traduz em melhoria para os trabalhadores; pelo contrário, ela precariza a condição de existência da classe operária, soldando ainda mais firmemente o trabalhador ao capital. O resultado é que o crescimento mais rápido dos meios de produção implica que a população de operários cresce sempre mais rapidamente do que a necessidade de valorização do capital (Marx, 2015). A conclusão de Marx é contundente:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. Como todas as outras leis, ela é modificada, em sua aplicação, por múltiplas circunstâncias, cuja análise não cabe realizar aqui. (Marx, 2015, p. 470).

Por isso, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravatura, ignorância, brutalidade e degradação moral no polo oposto. De modo que a proposição sintetiza o caráter antagônico da acumulação: a riqueza social e os meios de produção se concentram nas mãos de poucos, enquanto o crescimento do exército de reserva e a precarização das condições de vida aprofundam a pobreza das massas. Estudos contemporâneos sobre a pobreza corroboram essa interpretação. A pesquisa de Rufino *et al.* (2019) sobre a sociabilidade capitalista aponta que a pobreza na sociedade contemporânea é produto do processo de acumulação do capital que, em sua forma incontrolável e contraditória, produz e acumula riqueza em proporções equivalentes à produção e reprodução da pobreza absoluta e relativa.

Para dar sequência e integrar a análise de Marx com as abordagens de Weber e Bourdieu, é preciso reconhecer que o antagonismo entre acumulação de riqueza e produção de miséria não esgota a compreensão das classes. O diagnóstico marxiano evidencia como o avanço da acumulação gera riqueza num polo e, simultaneamente, amplia o exército de reserva e a precarização das condições de vida no outro.

No entanto, a complexidade das sociedades atuais exige a consideração de outros mecanismos de hierarquização. Nesse ponto, Max Weber demonstra que a posição social não é determinada apenas pelo acesso aos meios de produção: ele distingue classes, estamentos e partidos e sustenta que a divisão em estratos decorre de combinações de fatores econômicos, sociais e culturais. As classes organizam-se segundo relações de produção, aquisição e consumo; os estamentos se estruturam a partir de honra, prestígio e status; e os partidos se orientam pelo acesso ao poder, acrescentando uma dimensão política à estratificação. Pierre Bourdieu, por sua vez, amplia ainda mais o leque analítico ao definir capital como trabalho acumulado, materializado ou incorporado, que permite aos agentes apropriar-se de energia social (Menezes, 2022).

A partir dessa lógica, Bourdieu evidencia que práticas, estilos de vida e títulos educacionais são igualmente determinantes das posições de classe. Nesse horizonte comparativo, o estudo das classes sociais passa a articular os níveis econômico, cultural e simbólico, permitindo entender por que as desigualdades contemporâneas se reproduzem não apenas pela concentração de riqueza, mas também pelos mecanismos de prestígio e legitimação que permeiam a vida social (Dias, 2013).

Para Aquino (2008), a perspectiva bourdieusiana complementa essa leitura ao introduzir a noção de capital simbólico como instrumento de reprodução das hierarquias, indicando que a desigualdade se perpetua mediante mecanismos implícitos de distinção e legitimação social. Nesse sentido, as diferenças de qualificação profissional, prestígio e acesso a recursos educacionais refletem-se em desigualdades jurídicas e materiais, compondo um quadro de pluralidade interna nas classes trabalhadoras que desafia as concepções tradicionais de homogeneidade social.

De maneira análoga, a consolidação de uma classe média ampla e heterogênea, composta por segmentos que variam desde pequenos empreendedores até profissionais assalariados de elevada qualificação técnica, reafirma a pertinência das tipologias analíticas inspiradas em Max Weber. Weber (1982), ao propor uma concepção plural de estratificação, sustentava que as posições sociais não se reduzem à propriedade ou à ausência dos meios de produção, mas decorrem de múltiplas situações de classe, determinadas por fatores como status, prestígio, qualificação e poder de mercado (Antunes, 2018).

Nessa perspectiva, a realidade contemporânea demonstra que o dualismo entre capital e trabalho é insuficiente para apreender a complexidade das relações socioeconômicas. Segundo Pochmann (2015), a multiplicidade de frações intermediárias, caracterizadas por graus diversos de autonomia e dependência, confirma a relevância de modelos teóricos mais flexíveis, capazes de abarcar a diversidade de experiências sociais que compõem o espaço de classe.

Nesse sentido, mesmo em relação a estratos intermediários em recente mobilidade ascendente, analisando certos aspectos, sociólogos apontam que grande parte da chamada nova classe média nos países emergentes é, na verdade, uma quase classe média, altamente vulnerável a crises e dependente da venda da força de trabalho, o que a faz oscilar entre status medianos e risco de empobrecimento (Leme, 2006).

No que concerne à mobilidade social, ela apresenta um paradoxo. Persiste a crença meritocrática em fronteiras permeáveis, porém a evidência empírica indica fricção estrutural elevada (Silva *et al.*, 2023). A escolarização atua como principal dispositivo de reprodução, convertendo capitais culturais herdados e *habitus* em vantagens cumulativas e estabilizando a correlação entre origem e destino de classe, sobretudo nos extremos, o que fragiliza narrativas de sociedade aberta (Bourdieu, 2007).

Haja vista, uma leitura integrada permite distinguir mobilidade substantiva de circulação conjuntural ao articular posição produtiva e herança patrimonial (Marx, 2013), situações de mercado e status (Weber, 2004a) e a estrutura dos capitais e disposições incorporadas (Bourdieu, 2007).

Ilustra-se, a título de exemplo, a ascensão de renda sem consolidação de capitais culturais e de prestígio em segmentos intermediários, vulneráveis a reversões cíclicas (Aquino, 2008).

No plano simbólico, a dominação se reconfigura pelo controle do reconhecimento e da legitimação. A conversibilidade entre capitais econômico, cultural e social em capital simbólico naturaliza hierarquias por meio de credenciais, estilos de vida e mediações midiáticas, por meio da ideologia meritocrática que obscurece assimetrias estruturais; trata-se, simultaneamente, de atualização da função ideológica (Marx, 2021), de validação técnico-normativa por burocracias e peritos (Weber, 2004b) e de *misrecognition* e violência simbólica (Bourdieu; Wacquant, 1992). Nesse sentido, classe social mantém alta potência analítica ao integrar economia, *status* e simbolismo, explicando a persistência das desigualdades por meio de formas renovadas (Weininger, 2005).

Portanto, a análise das dinâmicas sociais contemporâneas requer a articulação das contribuições de Marx, Weber e Bourdieu, uma vez que cada autor oferece um eixo interpretativo distinto e complementar. Marx permite compreender a estrutura material da sociedade, centrada na propriedade e na posição ocupada no processo produtivo. Weber introduz a dimensão do status, do prestígio e da organização política, demonstrando que a hierarquia social também se expressa por formas de reconhecimento que estão fundadas para além do campo econômico. Bourdieu, ao enfatizar o capital cultural e a lógica de reprodução das elites, acrescenta à análise a dimensão imaterial do poder, vinculada à legitimidade social. De modo que a formulação apresentada por Pochmann (2015) é relevante ao tema ao diferenciar a mobilidade social efetiva da simples movimentação conjuntural no interior das estruturas socioeconômicas. A mobilidade efetiva corresponde à alteração concreta da posição de classe, com repercussões materiais e jurídicas nas relações de poder e de propriedade. Portanto, a movimentação conjuntural traduz variações transitórias de renda ou prestígio, sem modificação nas bases estruturais da desigualdade.

Posto isto, por meio dessa análise, a mobilidade social contemporânea ratifica a centralidade da noção de classe para a descrição das trajetórias individuais. Impõe-se, portanto, incorporar à análise os mecanismos atuais de reprodução: não só a análise estrutural proposta por Marx, mas também a herança escolar, as redes de sociabilidade e os *habitus* valorizados, dimensões esclarecidas por Bourdieu.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa demonstra que a categoria classe não pode ser compreendida de modo monolítico, pois cada autor a inscreve em uma arquitetura teórica específica. Marx a situa no âmago das relações de produção, enfatizando a exploração estrutural e a luta de classes, decorrente dessa cisão fundamental, como motor da história. Weber, ao expandir além do fundamento econômico, fragmenta a estratificação em ordens de classe, estamento e partido, mostrando que as desigualdades se ancoram em oportunidades de mercado, honra social e influência política. Bourdieu desloca o debate para o terreno simbólico ao conceber o capital como trabalho acumulado, objetivado ou incorporado, que, apropriado privadamente, permite aos agentes apropriar-se da energia social; a partir de sua lógica relacional, as posições no espaço social resultam da combinação entre capitais econômico, cultural e social, mediados pelo *habitus* e pelo campo.

Portanto, em suma, a teoria marxista ilumina as raízes econômicas da exploração; a perspectiva weberiana descortina a pluralidade das hierarquias sociais; e a sociologia bourdieusiana demonstra os mecanismos simbólicos de legitimação.

Nesse viés, o presente estudo evidencia que a acumulação de capitais confere poder aos indivíduos e grupos, reproduzindo as relações de dominação e hierarquias sociais. Ao mesmo tempo, a estrutura de oportunidades de mercado, o prestígio e a influência institucional operam como eixos distintos de estratificação. Posto isto, o confronto entre classes antagônicas, por sua vez, ainda possui força na análise das transformações históricas e o conflito entre interesses inconciliáveis. A análise comparativa entre Marx, Weber e Bourdieu permite afirmar que o estudo das classes demanda uma abordagem que conjugue condições materiais, disposições culturais, redes de sociabilidade e estratégias políticas.

A partir disso, conclui-se que a noção de classe social permanece indispensável para compreender as desigualdades contemporâneas. O trabalho demonstrou que, embora os autores diverjam quanto aos fundamentos explicativos, exploração material em Marx, oportunidades de mercado e prestígio em Weber e distribuição de capitais em Bourdieu, todos reconhecem que as posições sociais são produzidas e reproduzidas por relações assimétricas de poder. A análise conjunta evidencia que a estrutura social deve ser encarada como ordem dinâmica, na qual se entrelaçam elementos econômicos, relacionais e simbólicos, e que a compreensão plena das classes exige integrar esses níveis.

Ao reconhecer a complementaridade desses paradigmas, esse trabalho reafirma a centralidade da categoria de classe como instrumento analítico e como fundamento crítico para

a compreensão das transformações sociais e para a análise explicativa ao se deter sobre as desigualdades e a dominação em suas múltiplas dimensões.

Conclui-se, portanto, que a reconstrução do conceito de classe social alcançada pela pesquisa confirma sua atualidade teórica e prática; ela aponta à necessidade de abordagens multidimensionais que articulem o legado marxiano, a estratificação plural weberiana e a sociologia relacional de Bourdieu para elucidar as formas renovadas de dominação, as trajetórias de mobilidade e os mecanismos de legitimação que caracterizam as sociedades capitalistas atuais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Cesaltina. A lógica da distinção em Pierre Bourdieu, vista através de uma obra excepcional. **Mulemba. Revista Angolana de Ciências Sociais**, n. 5 (10), p. 841-964, 2015.
- ALVES, Emiliano Rivello. **Pierre Bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais**. Scielo, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/6P4kKbPHYgjJ-pHYtDYPfnfy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2025.
- AMORIM, Henrique. Trabalho imaterial, forças produtivas e transição nos Grundrisse de Karl Marx. **Crítica Marxista**, v. 1, n. 25, p. 09-30, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. Boitempo editorial, 2018.
- AQUINO, Dayani Cris. A lei geral da acumulação capitalista e a teoria de crise baseada na escassez de força de trabalho. **Revista de Economia, Paraná**, v. 34, n. 4, p. 77-98, 2008.
- ARAÚJO, Wecio; MORAIS, Maria. **Introdução à teoria de classes Marxiana: uma análise de cariz ontológico**. Scielo, 2005. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/12174>. Acesso em: 20 out. 2025.
- BERWANGER, Ana Claudia. Os usos sociais do design e a sociedade dividida em classes- alguns apontamentos sobre a obra A distinção: crítica social do julgamento, de Pierre Bourdieu. **Estudos em Design**, v. 24, n. 1, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **O Senso Prático**. Vozes, Petrópolis. 2009.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. **Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Tradução: Daniela Kern; Guilherme Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **The Forms of Capital**. Marxist, 1986. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/fr/bourdieu-forms-capital.htm>. Acesso em: 04 nov. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos CEBRAP**, 2013.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Réponses**. Paris: Seuil, 1992.
- BRAGA, Lisandro. **Breve introdução à teoria marxista das classes sociais e do Estado**. Revista Enfrentamento, v. 11, n. 19, 2016.
- CAMPOS, Estevan Martins de; CASSIN, Marcos. **Classes sociais em Marx e no marxismo, uma aproximação**. Impulso, v. 28, n. 72, p. 129-138, 2018.
- CATANI, Afrânio Mendes et al. **Vocabulário Bourdieu**. Autêntica editora, 2024.

COELHO, Bruna da Penha de Mendonça. Materialismo Histórico e Dialético: entre aproximações e tensões. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 118, p. 75-100, 2023.

DIAS, Júlio César Tavares. Contribuição e atualidade dos clássicos da sociologia para o estudo da religião. **Revista Diálogos**, v. 10, 2013.

FERRAZ, Cristiano Lima. **Marxismo e teoria das classes sociais**. Politeia: História e Sociedade, v. 9, n. 1, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**. Trad. Maria do Carmo Cary. 2000.

GIDDENS, Anthony. **A estrutura de classes das sociedades avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GIRARDI JR, Liráucio. Pierre Bourdieu: mercados linguísticos e poder simbólico. **Revista Famecos**, v. 24, n. 3, p. ID25978-ID25978, 2017.

GUIMARÃES, Vinicius Oliveira Seabra. Análise do método em Pierre Bourdieu. **Revista Científica de Educação**, v. 3, p. e019008-e019008, 2018.

JACQUES, Luís Fernando; OLIVEIRA, Luana Aparecida. O Estado a partir do pensamento de Marx e Engels: das ilusões do reformismo à sua necessária superação. **Griot: Revista de Filosofia**, v. 21, n. 1, p. 331-340, 2021.

JUNG, João Henrique Salles. Os capitais no Século XXI: um diálogo crítico entre Thomas Piketty e Pierre Bourdieu. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 9, n. 1, p. 92-111, 2021.

KELLER, Rene José. Análise do fenômeno jurídico e das lutas sociais a partir do método dialético materialista da economia política. **Metodologia da Pesquisa em Direito. Caxias do Sul: Educs**, p. 139-154, 2015.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. Editora Elefante, 2021.

LEME, Alessandro André. Estrutura e ação nas ciências sociais: um debate preliminar em Marx, Weber, Durkheim, Bourdieu, Giddens, Anselm Strauss e Norbert Elias. **Tempo da Ciência**, v. 13, n. 25, p. 09-38, 2006.

LEMOS, Marcelo Rodrigues. Estratificação social na teoria de Max Weber: considerações em torno do tema. **Revista Iuminart**, n. 9, 2012.

LIMA, Rômulo André. Notas Sobre a Teoria do Estado em Marx. **6º Colóquio Internacional Marx e Engels–CEMARX. UNICAMP–Campinas**, p. 3-6, 2009.

LOPES, Cássio de Souza. **Transformações Socioeconômicas no Brasil na Década de 2000 e o Mito da Nova Classe Média**. Unimontes, 2015. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-C%C3%A1ssio.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2025.

MAIA, Lucas. **As classes sociais em O Capital**. Edições Redelp, 2020.

MALUF, Renata Lucia et al. Desvendando as classes sociais sob a ótica marxista. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 10, p. e9965-e9965, 2024.

MARQUES, Edmilson. A Respeito da Teoria das Classes Sociais em Karl Marx. **Revista Despierta**, v. 4, n. 04, p. 103-107, 2017.

MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, v. 34, p. 223-239, 2018.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: https://gpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/11/contribuicao_a_critica_da_economia_politica.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. Boitempo Editorial, 2017. [.https://www.mercaba.es/britania/miseria_de_la_filosofia_de_marx.pdf](https://www.mercaba.es/britania/miseria_de_la_filosofia_de_marx.pdf). Acesso em: 22 set. 2025.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Boitempo, 2021.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Lutas de classes na Alemanha**. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MENEZES, Vitor Matheus Oliveira. **Interfaces entre Max Weber e Pierre Bourdieu na análise de classes**. Estudos de Sociologia. Araraquara, v. 27, n. 00. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/15216/15022>. Acesso em 12 set. 2025.

NAUROSKI, Everson Araujo. **Teorias sociológicas e temas sociais contemporâneos**. Editora Intersaberes, 2023.

NERI, Marcelo. *The New Middle Class*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. **Centro de Políticas Sociais**, v. 3, 2008.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. Cressrn, 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/50RJ5W8gL69H4A2o122W.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx: uma biografia**. Boitempo Editorial, 2020.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 81-121, 2007.

PERNÍAS, Tomás Rigoletto. Estratificação e classe social sob a ótica weberiana—um breve ensaio. **Em Tese**, v. 18, n. 1, p. 324-354, 2021.

PINTO, Luiz Eduardo; BARBOSA, Jorge Alexandre. A perspectiva relacional em Pierre Bourdieu. **Revista Poiesis**, v. 20, n. 1, p. 1-15, 2020.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. Boitempo Editorial, 2015.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**. M. Fontes, 1978.

POULANTZAS, Nicos. **The Poulantzas reader: Marxism, law, and the state**. Verso Books, 2020.

QUIROGA, Fernando Lionel; PAOLUCCI, Beatriz Aparecida. Revisitando os clássicos: as contribuições de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber para a sociologia da educação. **Educação Por Escrito**, v. 11, n. 1, p. e34614-e34614, 2020.

RINGER, Fritz K. **Metodologia de Max Weber, A: Unificação das Ciências Culturais e Sociais Vol. 26**. Edusp, 2004.

RITZI-MESSNER, Nina; VELDHÖEN, Christina; FASSNACHT, Lucas. The distribution of power within the community: Classes, Stände, Parties. **J. of Classical Sociology**, v. 10, n. 2, p. 137-152, 2010.

ROSS, Kristin. **Luxo comunal: o imaginário político da comuna de Paris**. Autonomia Literária, 2021.

RUFINO, Priscila de Moraes et al. **A pobreza no contexto da sociabilidade capitalista**. 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/6170/1/A%20po-breza%20no%20contexto%20da%20sociabilidade%20capita-lista.pdf#:~:text=%C3%A0%20pobreza%20nos%20marcos%20do,re-produ%C3%A7%C3%A3o%20da%20pobreza%20absoluta%20e>. Acesso em: 4 nov. 2025.

SALATA, André Ricardo. Quem é classe média no Brasil? Um estudo sobre identidades de classe. **Dados**, v. 58, p. 111-149, 2015.

SAPIRO, Gisèle. **Sociologia da literatura**. Editora Moinhos, 2019.

SELL, Carlos Eduardo. A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo: uma síntese da sociologia de Max Weber. **Blog do Sociofilo**, 2020.

SELL, Carlos Eduardo. Max Weber and the debate on social classes in Brazil. **Sociologia & Antropologia**, v. 6, p. 351-382, 2016.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica**. Editora Univali. 2006.

SILVA LOPES, Lidiane; CARVALHAES, Wesley Luis. A compreensão do materialismo histórico-dialético a partir de Karl Marx e Friedrich Engels e as contribuições para a pesquisa em educação. **REVELLI-Revista de Educação, Linguagem e Literatura (ISSN 1984-6576)**, v. 16, 2024.

SILVA, André Luis. **A ilusão de uma nova classe média brasileira**: conhecendo as trajetórias de jovens trabalhadores. FGV. São Paulo. 2015.

SILVA, Kleber; ASSUNÇÃO, Any; SILVA, Márcio. O capital linguístico na visão de Pierre Bourdieu. **Revista de Direito-Trabalho, Sociedade e Cidadania**, v. 15, n. 15, p. 161-183, 2023.

SILVA, Manuel Carlos. **Classes Sociais**: condição objetiva, identidade e ação coletiva. Editora Dialética, 2024.

SOBRINHO, Guilherme G. de F. Xavier. A “Classe C” e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média?. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 38, n. 4, 2011.

SOUZA, Jessé. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. **A nova classe média no Brasil como conceito e projeto político**, p. 56-68, 2013.

SOUZA, Lucas Massimo Tonial Antunes. Política, Estado e luta de classes: uma discussão teórica sobre vias de acesso ao estudo da prática política na teoria marxista contemporânea. **Cadernos Cemarx, Campinas, SP**, n. 4, p. 95-111, 2007.

TINEU, Rogerio. Ensaio sobre a teoria das classes sociais em Marx, Weber e Bourdieu. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, v. 10, n. 29, p. 89-107, 2017.

VIANA, Nildo. **A Concepção Marxista das Classes Sociais**. Revista Marxismo e Autogestão, v. 3, n. 06, 2016.

VIEIRA, Júlia Lemos. **Marx e a Dinâmica das Classes Sociais em O 18 De Brumário**: A Historicidade Contra o Reduccionismo. Bonapartismo, História E Revolução: Reflexões Sobre O 18 De Brumário De Luís Bonaparte De Karl Marx, p. 93, 2022.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. Racionalização e globalização: uma leitura a partir de Max Weber. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.]**, n. 19, p. 37-48, 1999. DOI: 10.37370/raizes.1999.v.151. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/151>. Acesso em: 25 out. 2025.

WACQUANT, Loïc. Como Bourdieu reformula a questão das classes. **Cadernos de Ciências Sociais**, v. 2, n. 27, p. 145-165, 2014.

WEBER Max. **Ensaio de sociologia**. Tradução: Waltensir Dutra. 5ª Edição. Rio de Janeiro: LTC: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1982.

WEBER, Max. **Classe, estamento, partido**. In: Ensaio de sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC., 1982.

WEBER, Max. **Weber: political writings**. Cambridge University Press, 1994.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Universidade de Brasília, 2004a.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. Editora Companhia das Letras, 2004b.

WEBER, Max. **Metodologias das ciências sociais**. Cortez Editora, 2022.

WEININGER, Elliot B. Foundations of Pierre Bourdieu's class analysis. **Approaches to class analysis**, v. 4, p. 82-118, 2005.